



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**UASG 985811**

# **PREGÃO**

# **ELETRÔNICO**

**Nº 006/2026**

**Processo 13041/2025**

**Data: 14/07/2026**

**Hora: 09h (horário de Brasília)**

**Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL CONSIDERANDO A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MAIS VANTAJOSA**

**Modelo de disputa: ABERTO**

**Preferência ME/EPP/Equiparadas: NÃO**

**Valor da Contratação: R\$ 7.662.907,85 (sete milhões seiscentos e sessenta e dois mil novecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos).**

## **OBJETO:**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID DE GERENCIAMENTO DE FROTA OU POR MEIO DE CARTÕES MAGNÉTICOS MICROPROCESSADOS (CHIP) COM SENHA PARA GERENCIAMENTO DE FROTA EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE ARLA, GASOLINA E DIESEL PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ.**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	18
8. DOS RECURSOS .....	23
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	24
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	24
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	29
12. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA .....	30
13. ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO .....	44
14. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA .....	58



*Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026**  
**(Processo Administrativo nº 13041/2025)**

Torna-se público que o **Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ**, situada à Av. Governador Roberto Silveira, nº 68 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Telefone nº (22) 3833-9200, realizará licitação, na modalidade PREGÃO nº **006/2026**, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa “**ABERTO**” com critério de julgamento **POR LOTE**, e o tipo de licitação de **MENOR PREÇO GLOBAL CONSIDERANDO A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MAIS VANTAJOSA (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - PODENDO SER NEGATIVA)**, em regime de empreitada por preço global, para compras e serviços comuns, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID DE GERENCIAMENTO DE FROTA OU POR MEIO DE CARTÕES MAGNÉTICOS MICROPROCESSADOS (CHIP) COM SENHA PARA GERENCIAMENTO DE FROTA EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE ARLA, GASOLINA E DIESEL, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 1.1. A licitação será realizada em **LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.2.9.3. O valor do combustível deverá ser o cobrado na bomba no momento do abastecimento, não ultrapassando os valores máximos divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para a respectiva região onde será feito o abastecimento.
- 1.3. No caso de existir divergência entre as especificações contidas no item deste termo e as que constam no CATMAT/CATSERV – Código do Material do Sistema COMPRAS.GOV, prevalecerão os indicados neste Termo de Referência.
- 1.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.



## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO (PARTICIPAÇÃO AMPLA)**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. A disputa deste certame é aberta a quaisquer empresas que preencham as condições previstas no presente edital e termo de referência anexo
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).





2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá (faculdade, conforme o artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022) parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor **unitário e total dos itens/lote**; com no máximo quatro casas decimais após a vírgula; (devendo obedecer ao preço máximo orçado por item pela administração, sob pena de desclassificação).
  - 4.1.2. Marca; (vedada a identificação do licitante neste campo, sob pena de desclassificação).
  - 4.1.3. Fabricante, quando adequado ao objeto licitado;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1- Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, anexo I do edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



**quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.**

- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado sobre o **valor global**.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7.1. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será **o percentual de 0,01% (um centésimo por cento)**.

5.7.2. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.7.3. – A disputa será **MENOR PREÇO GLOBAL CONSIDERANDO A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MAIS VANTAJOSA**, de acordo com as propostas apresentadas pelos licitantes.

5.7.4. – A Taxa de Administração incidirá sobre o valor Global orçado, que terá aplicabilidade sobre cada item.

5.7.5. – **A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA ADMITIDA PARA ESTA LICITAÇÃO É O VALOR APURADO PELA ADMINISTRAÇÃO DE 1,82 %.**

5.7.6. – **Deve conter de forma separada na proposta o PREÇO TOTAL e a TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO (taxa negativa).**

5.7.7. – As propostas com Taxa de Administração maior ao apurado pela Administração Municipal serão desclassificadas.

5.7.8. – A simples apresentação da proposta por si só implicará a plena aceitação por parte do licitante de todas as condições deste edital, independentemente de transcrição.

**1.1. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no preâmbulo do edital.**

**1.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

1.2.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**

1.2.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 1.2.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**
  - 1.2.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**
  - 1.2.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.**
- 1.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 1.3.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 1.3.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 1.3.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
  - 1.3.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 1.3.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.4. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 1.4.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 1.4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 1.4.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 1.4.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.4.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 1.4.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.4.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 1.4.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 1.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 1.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 1.8. Quando a **desconexão do sistema eletrônico** para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 1.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 1.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 1.10.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 1.10.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 1.10.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 1.10.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 1.11. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
  - 1.11.1. Havendo eventual **empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
    - 1.11.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    - 1.11.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
    - 1.11.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    - 1.11.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
  - 1.11.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
    - 1.11.2.1. empresas estabelecidas no Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ;
    - 1.11.2.2. empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 1.11.2.3. empresas brasileiras;
- 1.11.2.4. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 1.11.2.5. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 1.11.3. Os documentos comprobatórios elencados nos Itens 5.20.1 e 5.20.2, referentes aos critérios de desempate, deverão ser enviados pelos licitantes, no prazo de 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desistência do desempate.
- 1.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da **proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido** para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
  - 1.12.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
  - 1.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 1.12.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
  - 1.12.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**
  - 1.12.5. **É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**
- 1.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **2. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 2.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 2.1.1. SICAF;
- 2.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 2.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 2.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 2.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 2.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 2.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 2.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 2.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 2.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 2.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 2.7.1. conter vícios insanáveis;
- 2.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 2.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 2.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 2.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 2.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 2.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 2.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 2.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 2.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 2.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 2.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 2.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 2.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 2.10. **Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**
- 2.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 2.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- 2.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
  - 2.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 2.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 2.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 2.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 2.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 2.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 2.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 2.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



### **3. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **7.1- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

#### **7.2. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, engloba a aferição da regularidade dos licitantes perante a Seguridade Social.
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, a Certidão Regularidade de Débito Fiscal (CND) expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante. Certidão de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa. (Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

f) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

g) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

### **7.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) **Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.**

b) As empresas interessadas em participar do referido processo licitatório que estejam em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL deverão apresentar:

b-1. CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL expedida pelo órgão distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

b-2. A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;

b-3. A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira.

**C- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2( dois) últimos exercícios sociais;**

C.1- No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos no item C limitar-se-ão ao último exercício social.

C-2- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devendo atender a todas as demais exigências da habilitação.

C-3- A documentação mencionada no subitem C, C-1 e C-3 deverá atender as seguintes condições:

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que possui Índice de Solvência Geral



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



(ISG), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) iguais ou superiores a 1,0 (um inteiro), sendo os referidos índices calculados da seguinte forma:

$$ISG = AT : (PC + ELP)$$

$$ILG = (AC + RLP) : (PC + ELP) \quad ILC = AC : PC$$

Onde:

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

- Na hipótese de o licitante apresentar resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes dos sub itens anteriores, o licitante poderá comprovar ter capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação, conforme art. 42, § 2º, Lei nº. 14.133/21.

7.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 7.8.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.
- 7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.16.1.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **7.4– DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**7.4.1-** Um ou mais **atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente). O atestado deve conter informações do seu emitente como telefone e endereço, de forma que este município possa fazer contato para verificar sua autenticidade se for necessário. O atestado de capacidade técnica terá prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explicita sua validade.

**7.4.2-** Comprovação de **rede de estabelecimentos conveniados** no ato da assinatura do contrato, sendo condição imprescindível para a assinatura do contrato, conforme termo de referência.

## **8. DOS RECURSOS**

8.7. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.9. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.9.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.9.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 20 (vinte) minutos.

8.9.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



8.9.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.10. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.11. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.13. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.15. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.16. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.2.1.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.2.1.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.2.1.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.2.1.4 deixar de apresentar amostra;

9.2.1.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



9.2.2 Descumprir cláusulas contratuais, editalícias ou legais;

9.2.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.2.4 retardar ou não entregar objeto licitado sem justificativa;

9.2.4.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.2.5 apresentar declaração ou documentação falsa ou exigida para o certame ou prestar declaração inverídica durante a licitação.

9.2.6 praticar fraude no certame ou na execução;

9.2.7 fraudar a licitação ou frustrar o objeto da licitação;

9.2.8 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.2.8.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.2.8.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.2.8.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.2.9 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.2.10 praticar atos lesivo previstos no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2.11 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.12 advertência;

9.2.13 multa;

9.2.14 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Município, por até 3 (três) anos;

9.2.15 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 - Na aplicação das sanções, a autoridade julgadora considerará, cumulativamente, os seguintes critérios:

I – a natureza e gravidade da infração praticada;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



II – a intensidade da vantagem econômica obtida ou pretendida pelo infrator;

III – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

IV – o grau de culpabilidade, considerando dolo, culpa ou negligência;

V – a adequação da sanção ao caso concreto, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

VI – as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025;

VII – o cumprimento ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se houver;

VIII – o histórico de condutas do infrator em contratações anteriores com o Município.

9.4 - As multas aplicáveis no âmbito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) serão fixadas conforme os seguintes parâmetros:

I – multa moratória, devida pelo atraso injustificado na execução contratual, poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsto no instrumento convocatório, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – multa compensatória, aplicável nos casos de inexecução parcial ou total do objeto contratual ou de descumprimento de cláusulas contratuais, Atas de Registro de Preços, Termo de Referência ou disposições editalícias, poderá ser fixada até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

III – nas hipóteses de infrações de menor gravidade, a multa compensatória poderá ser reduzida para percentuais entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor contratual, consideradas as circunstâncias atenuantes e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 1º - A aplicação de multa moratória não impede sua conversão, pela Administração Pública, em multa compensatória, desde que observados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser cumulada com outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - Ao atingir o limite máximo de atraso previsto no inciso I, e permanecendo o interesse na manutenção contratual, o gestor deverá justificar formalmente à autoridade superior a conveniência da continuidade da execução.

§ 3º - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 4º - Nos contratos com valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que se trate de infração leve, sem dolo e com reparação integral do dano, a multa compensatória poderá ser reduzida até o limite mínimo de 2% (dois por cento) do valor contratual, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora.

8.4 - As sanções previstas na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, serão aplicadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



os critérios de dosimetria definidos nos artigos 18 a 25 e as particularidades do caso concreto.

§ 1º - A aplicação de multa observará os seguintes limites máximos, conforme a gravidade da infração:

- I – até 2% (dois por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações leves;
- II – até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações médias;
- III – até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações graves.

§ 2º - A inexistência de dano efetivo à Administração não impede a aplicação de sanção, desde que a conduta do infrator revele dolo, culpa grave ou risco relevante ao interesse público.

§ 3º - Em caso de reincidência específica, a sanção será aplicada no grau máximo previsto para a respectiva infração, ressalvada justificativa técnica em sentido contrário.

§ 4º - A decisão administrativa que aplicar a sanção deverá conter exposição clara, coerente e individualizada dos critérios utilizados na dosimetria.

9.5 - Sem prejuízo da aplicação da multa e da análise dos critérios de dosimetria previstos na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, as condutas previstas ensejarão, como regra geral, a aplicação das seguintes sanções:

I – inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao serviço público ou ao interesse coletivo: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 6 (seis) meses;

II – inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 18 (dezoito) meses;

III – ausência de entrega da documentação exigida para o certame: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

IV – não manutenção da proposta sem justificativa plausível: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

V – recusa injustificada em celebrar o contrato ou em entregar a documentação para a contratação: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VI – atraso injustificado na execução ou na entrega do objeto contratado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VII – apresentação de declaração ou documentação falsa: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



VIII – fraude na licitação ou na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

IX – comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

X – prática de ato ilícito com o objetivo de frustrar a licitação: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

XI – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ter seus prazos majorados ou reduzidos conforme as circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 desta Lei, desde que haja motivação expressa da autoridade julgadora.

§ 2º - Na hipótese de coexistência de infrações, será aplicada a sanção mais grave, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, sem prejuízo da aplicação cumulativa da sanção de multa, quando cabível.

§ 3º - A aplicação das penalidades observará os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e reincidência.

9.6 A aplicação das sanções previstas neste edital será realizada conforme o **regulamentado na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025**. Não excluindo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte email: [contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br](mailto:contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br)**.

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.





## **11 DO TERMO DE CONTRATO**

11.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.

11.2. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

11.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado no termo de referência.

11.4. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

**11.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**11.6. Os valores percentuais de taxas de administração permanecerão fixos e irrevogáveis durante a vigência do presente contrato e eventuais prorrogações.**

## **12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.
- 12.11. A plataforma do Compras.gov.br, através do chat ("Mensagens") é o canal oficial de comunicação em tempo real durante a sessão pública.

12.12.1- Sem prejuízo das comunicações realizadas via sistema, os licitantes poderão utilizar em caráter **auxiliar** ou em casos de **indisponibilidade técnica devidamente comprovada**, o endereço de e-mail **contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br** para o envio de dúvidas ou comunicações urgentes ao pregoeiro.

12.12.2- Na hipótese de falha sistêmica que impeça o uso dos campos "Mensagens" ou "Quadro Informativo", as orientações sobre o certame serão encaminhadas aos licitantes por meio do e-mail institucional supracitado, cabendo aos interessados a manutenção de seus dados atualizados no Sistema de Compras do Governo Federal.

- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos a seguir.

- 13. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
- 14. ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
- 15. ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA.
- 16. ANEXO IV- QUANTITATIVO
- 17. ANEXO V- MAPA COMPAREATIVO
- 18. ANEXO VI- FORMAÇÃO DE PREÇOS
- 19. ANEXO VII- RELAÇÃO DE VEÍCULOS

Bom Jesus do Itabapoana , 19 de JUNHO de 2026

---

**Leonardo Degli Esposti Garcia**  
Secretario Municipal de Administração  
Portaria nº 260/2025



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**Descrição:** CONTRATAR EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID OU CARTÃO MAGNÉTICO MICROPROCESSADOS (CHIP) DE GERENCIAMENTO DE FROTA EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE ARLA, GASOLINA E DIESEL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ.

**Modalidade:**

Pregão Eletrônico

**Critério de Julgamento:**

Menor preço global considerando a taxa de administração ou desconto mais vantajoso.

O prazo de vigência desta contratação será de 12 meses, com contagem iniciada a partir do primeiro dia útil subsequente à respectiva publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), conforme estabelecido no Art. 183 e em observância aos termos do Inciso I, Art. 174 da Lei Federal 14.133/2021. Quando da prorrogação, poderá, única e exclusivamente, ser aplicado o índice de correção inflacionária IPCA (IBGE), considerando-se o valor de reajuste relativo ao período de 1 ano anterior disponibilizado pelo IBGE. Isto, contudo, não excluirá a necessidade de comprovação prévia da vantajosidade dos preços atualizados, em atendimento ao Art. 84.

Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

#### 1.1 – QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

Quantitativos de **Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Combustíveis**, para atender a Diversas Secretarias Municipais de Bom Jesus do Itabapoana - RJ



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



ITE NS	CAT MAT	DESCRIÇÃO DOS ESPECIFICAÇÕES	UN D	GABINETE	FINANÇAS	INFRAESTRUTURA	MEIO AMBIENTE	ORDENAMENTO PÚBLICO	AGRICULTURA	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	SAAE	QUANT. TOTAL
1	438910	Arla 32	LITRO	-	-	-	-	-	-	8.640	-	-	-	8.640
2	485508	ARLA 32 Reagente	Galão	-	-	-	-	-	144			-		144
3	461506	Gasolina tipo comum.	LITRO	12.000	5.500	55.000	6.770	45.000	58.000	35.000	30.242,96	153.000	2.000	402.513
4	461548	Óleo Diesel tipo comum S-500.	LITRO	-	-	-	-		221.000	40.000	-	-	-	261.000
5	461552	Óleo Diesel, S-10.	LITRO	-	-	200.000	11.500	50.000	52.000	45.000	30.242,96	60.000	2.000	450.743

A planilha de pesquisa de estimativa do valor médio total dos itens realizada pelo setor de compras:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTA (COMBUSTÍVEL)						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADOS	VALOR MÉDIO (PREÇO BASE ANP E ESTIMATIVA DE MERCADO)	VALOR MÉDIO TOTAL
1	438910	Arla 32	LITRO	8.640	5,51	47.606,40
2	485508	ARLA 32 Reagente	Galão	144	122,54	17.645,76
3	461506	Gasolina tipo comum.	LITRO	402.513	6,80	2.737.088,40
4	461548	Óleo Diesel tipo comum S-500.	LITRO	261.000,00	6,51	1.699.110,00
5	461552	Óleo Diesel, S-10.	LITRO	450.743	6,71	3.024.485,26
VALOR TOTAL GERAL						7.525.935,82
PLANILHA DE PREÇO						
Preço Estimado Total Ano, sem taxa de administração (de acordo com item 1.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital)					R\$ 7.525.935,82	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



Taxa de administração (*) (3) = (1) x (2)	1,82%	R\$ 136.972,03
Preço estimado total (4) = (1) + (3)	R\$ 7.662.907,85	

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA USO DO SRP(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

As aquisições futuras visam suprir demanda dos setores vinculados a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana -RJ, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

**A AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID OU POR MEIO DE CARTÕES MAGNÉTICOS MICROPROCESSADOS (CHIP) DE GERENCIAMENTO DE FROTA EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE ARLA, GASOLINA E DIESEL**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana, se faz necessário em diversas frentes, como transporte de paciente para consultas, exames e tratamentos em outras cidades, atendimento ao Caps, visitas domiciliares realizadas por profissionais de atenção básica e home care, ações de vigilância sanitária e epidemiológica, campanhas de vacinação, transporte de insumos, transporte escolar, além de atendimento emergencial aos distritos com ambulâncias.

Diante da amplitude e da complexidade das ações desenvolvidas, o consumo de combustível é constante e elevado, sendo um insumo essencial para a manutenção da rotina de trabalho. A ausência ou insuficiência de combustível compromete diretamente a prestação dos serviços, podendo acarretar atrasos, suspensão de atendimentos, prejuízos à saúde da população e descumprimento de metas pactuadas com os governos Estadual e Federal.

Além disso, a contratação de combustível por meio de processo licitatório garante maior controle, transparência e economicidade, permitindo o abastecimento regular e planejado dos veículos, com base em critérios técnicos e administrativos.

Portanto, justifica-se a contratação de combustível como medida indispensável para assegurar o pleno funcionamento da frota da secretarias Municipais participantes, garantindo a continuidade dos serviços essenciais à população de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



Faz-se necessária a contratação de empresa para prestação de serviço de abastecimento e controle de abastecimento através de sistema informatizado, pois irá contribuir de forma significativa, proporcionando mais transparência, tendo um melhor controle de abastecimento e evitando possíveis desvios de combustíveis, aumentando assim a produtividade e economicidade da gestão de frota. Os veículos, máquinas e equipamentos constituem ferramentas indispensáveis às atribuições dos serviços prestados pelas Secretarias Municipais, sendo imprescindível que estejam sempre em condições satisfatórias de utilização, sendo necessário esse serviço de abastecimento da frota de forma contínua.

Os itens se enquadram como itens comuns, sendo os padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

**Os produtos propostos deverão, obrigatoriamente, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade industrial, especialmente a Agência Nacional de Petróleo – ANP, cuja apresentação em desconformidade ensejará em desclassificação e/ou aplicação de sanções administrativas cabíveis.**

Considerando a demanda de utilização desses materiais/produtos e ao mesmo tempo a necessidade de controle e racionalização do gasto público, o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços, mantendo-os registrados para uma futura e eventual aquisição/contratação, conforme a necessidade e disponibilidade de recursos orçamentários.

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, elaborados pelas secretarias solicitantes, apêndice deste Termo de Referência.

O processo licitatório obedecerá ao Sistema de Registro de Preço (SRP) por intermédio do Pregão eletrônico, sistema que faz-se mais vantajoso podendo viabilizar contratações conforme necessidades existentes.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

Os resultados pretendidos com o presente é assegurar o fornecimento contínuo e padronizado para AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIACÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID OU CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP DE GERENCIAMENTO DE FROTA EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE ARLA, GASOLINA E DIESEL às unidades



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



administrativas vinculadas às secretarias supracitadas, atendendo às demandas operacionais com regularidade e qualidade.

A indisponibilidade desses insumos comprometeria diretamente a rotina operacional das Secretarias participantes e a qualidade do atendimento à população, uma vez que se trata de recurso essencial e de uso contínuo. A interrupção no fornecimento representaria risco à manutenção dos serviços essenciais, afetando negativamente a execução das ações planejadas e o cumprimento das metas estabelecidas.

A aquisição tem fundamento nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) realizados pelas secretarias solicitantes e ETP unificado, que identificou a necessidade consolidada das secretarias demandantes, justificando a adoção de pregão eletrônico com SRP para permitir contratações parceladas, frequentes e vantajosas. A medida visa garantir regularidade no fornecimento, economicidade, competitividade e eficiência administrativa, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

O licitante deve proporcionar o fornecimento dos itens constantes no Termo de Referência, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento:

A Contratada deverá implantar o sistema em todas as Secretarias Municipais da Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, deixando-o em condições de pleno funcionamento, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contado do recebimento, por ela, da autorização para início dos serviços, conforme descrição de implantação no item 4.3.

O objeto desta contratação, por sua natureza, **não enseja prazo de entrega ou execução**. Os combustíveis serão requeridos imediatamente em loco, após implantação do sistema, nos estabelecimentos dos fornecedores adjudicados no certame, conforme necessidade, podendo ocorrer não somente em dias e horários úteis de semana, como também aos fins de semana, em razão de viagens necessárias.

Os combustíveis serão solicitados mediante presença do veículo, o qual será abastecido com o combustível que lhe corresponder. A Fiscalização do servidor não desresponsabilizará o fornecedor ou eventual prestador de serviço do mesmo, quando do abastecimento, devendo os mesmos certificarem do abastecimento ocorrer diretamente ao veículo, na capacidade adequada e valor contratado. **Todo abastecimento deverá ocorrer acompanhado da emissão de respectiva nota fiscal ou documentação pertinente (física ou eletrônica).**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



Será expressamente **PROIBIDO** qualquer abastecimento realizado por meio de utilização de embalagens para transporte.

A contratada, além das atividades básicas e obrigatórias para garantir o uso do serviço a ser contratado, deverá assegurar o que se segue:

Deverá ser baseado na utilização de cartão de controle **(com utilização de etiqueta com tecnologia RFID de gerenciamento de frota ou por meio de cartões magnéticos microprocessados (chip) com senha)**, que possa ser utilizado na rede de postos credenciados pela contratada.

Cada veículo terá um único cartão magnético ou microprocessado, que deverá constituir-se em uma ferramenta de controle e gestão dos combustíveis consumidos nos postos que integram a rede credenciada.

Deverá garantir a segurança e a integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

Deverá dispor de um software de gestão de abastecimento, que possibilite, por meio de acesso via internet (on-line), que os usuários previamente cadastrados e autenticados por meio de senha individual, possam acessar a base de dados com o objetivo de estabelecer parâmetros para os abastecimentos, realizar consultas e obter relatórios gerenciais, solicitar novos cartões, credenciar e/ou descredenciar veículos e condutores, realizar a manutenção de cadastros, dentre outras funcionalidades.

Deverá permitir que todas as alterações realizadas on-line, por meio do software de gestão, sejam processadas **e validadas em tempo real, produzindo efeitos imediatos**;

Deverá, por ocasião de cada abastecimento, capturar e efetuar o registro informatizado de todos os dados referentes àquele procedimento, integrando-os em uma base de dados permanente e constantemente atualizada, para, em seguida, por meio do software de gestão, transformá-los em informações gerenciais, analíticas e financeiras, que serão disponibilizadas aos gestores da frota e setorial, para subsidiar a tomada de decisão;

O registro das informações referentes aos abastecimentos será realizado por meio de equipamentos periféricos específicos para leitura e gravação de dados, instalados nos postos da rede credenciada; Deverá, por ocasião de cada abastecimento realizado nos postos da rede credenciada, validar o procedimento e registrar todas as informações necessárias para o posterior pagamento do combustível fornecido;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



**O preço do combustível será o praticado na bomba no dia do abastecimento, limitado ao preço médio de mercado apurado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o Estado do Rio de Janeiro (RJ), sob pena de retenção ou cobrança de eventual diferença.**

Deverá permitir o estabelecimento de, pelo menos, 02 (dois) diferentes níveis de acesso ao software de gestão (gestor da frota e gestor setorial), sendo certo que o gestor setorial somente poderá ter acesso às informações referentes aos veículos pertencentes à Secretaria a qual esteja vinculado.

- O nível gestor da frota deverá permitir acesso total e irrestrito a todas as funcionalidades do sistema, bem como a visualização de toda a frota e será conferido somente aos Servidores indicados pelas secretarias solicitantes;
- O nível gestor setorial deverá permitir acesso a todas as funcionalidades do sistema, exceto inclusão e exclusão de veículos, somente dos veículos pertencentes à secretaria pertinente, em número de até 02 (dois) acessos por secretaria, a servidor a ser escolhido pelo Gestor da referida secretaria, dentre ocupantes de posição em nível de Cargo Comissionado ou Função Gratificada pertencente àquela Pasta;

O responsável pela parametrização do sistema será do nível **gestor de frota**;

A composição da Prefeitura para distribuição do sistema gestor setorial é de 10 Secretarias.

A contratada deverá disponibilizar um cartão para cada uma das 10 (dez) unidades, totalizando um número não inferior ao do total de veículos da frota municipal (próprios e locados) da Prefeitura do Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, que serão identificados pela logomarca da Prefeitura (quando próprios). Ressalvando o direito a acréscimo de novos veículos.

Os cartões deverão ser disponibilizados e direcionados aos **veículos**, e, não, aos **usuários** do mesmo, de forma que a utilização dos veículos por diferentes condutores seja facilitada e otimizada.

A Contratada deverá disponibilizar cartões extras (reserva), que possam ser imediatamente utilizados no caso de falhas ou extravio dos cartões em uso, garantindo a continuidade dos abastecimentos e do controle que vinha sendo realizado, até que um novo cartão seja confeccionado para substituir definitivamente o cartão original;

Os cartões extras (reserva) deverão permitir a vinculação a um veículo da frota da Prefeitura, por meio da respectiva placa, sendo que essa vinculação e a posterior



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



desvinculação deverão ser realizadas nos níveis de gestor da frota, de forma on-line e em tempo real, por meio do software de gestão;

Ao serem desvinculados de um determinado veículo, os cartões extras deverão ser bloqueados, até que surja a necessidade de serem utilizados novamente, com o propósito de se evitar o uso indevido desse recurso;

A quantidade de cartões extras (reserva) não poderá ser inferior a 10% do total de cartões distribuídos.

Durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada, **cada condutor deverá ter sua identificação validada por meio de cartão de identificação funcional, matrícula funcional e/ou portaria de nomeação municipal, não se admitindo a realização de qualquer operação sem que haja a plena identificação do veículo e do respectivo condutor;**

Caberá à empresa contratada, a responsabilidade pela solução técnica que identifique o condutor e o veículo no ato do abastecimento e que coíba, com agilidade e segurança, as eventuais transações não autorizadas (protegidas), bem como, identifique e registre as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos (inconsistências);

As tentativas de realização de transações protegidas e as inconsistências registradas deverão ser informadas ao gestor da frota/contrato, no prazo máximo de 24 horas após a respectiva ocorrência. Deverá emitir comprovante da transação realizada, independentemente da solicitação do condutor, com, no mínimo, os seguintes dados: identificação do posto (nome e endereço), identificação do veículo (placa), hodômetro do veículo no momento do abastecimento, tipo de combustível e/ou serviço utilizado, data e hora da transação, quantidade de litros, valor da operação, além do local destinado para o condutor informar o CPF e consignar sua assinatura;

**Deverá permitir, em situações excepcionais, que os abastecimentos e os serviços realizados e pagos pela Prefeitura por outros meios, por ocasião de viagens para cidades que não possuam postos credenciados, sejam registrados manualmente, por meio de processo de captura não convencional, conforme solução a ser definida e apresentada pela empresa contratada, a fim de garantir o controle efetivo do consumo verificado pela totalidade dos veículos que integram a frota municipal;**

Deverá permitir, em caso de falhas dos equipamentos periféricos ou dos cartões, ou ainda, diante da ocorrência de situações adversas, como falta de energia elétrica, falhas de conexão, dentre outras, a adoção de procedimento contingencial, que garanta a





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



realização do abastecimento e a obtenção das informações necessárias para o controle e a gestão dos procedimentos realizados, além de não comprometer a continuidade das atividades operacionais da Prefeitura;

Deverá permitir o registro, na base de dados do sistema, do valor do combustível negociado diretamente com os postos da rede credenciada, que passará a ser considerado nos casos de abastecimentos futuros, independente do preço indicado na bomba;

Deverá permitir a geração dos dados, capturados por ocasião de todos os abastecimentos realizados na rede credenciada, para posterior importação pelo software de controle de frota utilizado pela Prefeitura, de acordo com o leiaute (layout) e as regras de negócio definidas pela Prefeitura;

Caberá à empresa contratada a responsabilidade pela geração quinzenal dos dados, que deverão contemplar, no mínimo: identificação do posto (nome, endereço e CNPJ), data do abastecimento (data e hora), quilometragem no momento do abastecimento, tipo de combustível, quantidade de litros, valor unitário do abastecimento por litro, valor total do abastecimento, identificação do veículo (placa), identificação do motorista, número da ordem de serviço.

As informações deverão ser geradas e disponibilizadas quinzenalmente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a consumação do abastecimento do último dia do período.

Os arquivos de dados deverão ser gerados no formato "CSV" (arquivos texto separados por vírgula) e transmitidos, via internet, por meio de conexão com o servidor disponibilizado pela Prefeitura ou, preferencialmente, serem disponibilizados para cópia ("download") pela Prefeitura numa página (site) desenvolvida pela Contratada especialmente dedicada para esse fim. O acesso à página deverá ser controlado com o uso de login/senha, fornecido e gerenciado pela Contratada.

Deverá permitir a parametrização do abastecimento, por meio de critérios estabelecidos pelos gestores da frota e gestor do contrato, com a finalidade de regular os abastecimentos de acordo com o perfil operacional de cada um dos veículos ou grupo de veículos;

A possibilidade de parametrização deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- Desempenho do veículo - km/l (mínimo e máximo), considerando apenas o combustível principal, nos casos de veículos com motorização flex;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- Tipo de combustível (principal e secundário);
- Quantidade de litros permitida (combustível principal e secundário), considerando a capacidade do tanque do veículo;
- Tipo de serviços por veículo;
- Intervalo de tempo entre as transações, considerando a possibilidade de abastecimento simultâneo com combustível principal e secundário;
- Valor permitido por transação e por tipo de serviço (mínimo e máximo); • Limite de crédito permitido durante o mês;
- Quantidade de transações permitidas (calendário, horário, mínimo e máximo); • Preço por litro, por tipo de combustível e por município (mínimo e máximo); • Rede credenciada disponível (uf, município e estabelecimento), e
- Hodômetro (caso seja definido, o sistema não deverá aceitar a indicação de quilometragem inferior à indicada no último abastecimento, sendo que no caso de erro, deverá haver a possibilidade de correção, pelo respectivo gestor, em tempo real, por meio de acesso ao software de gestão, a fim de não comprometer o abastecimento e a operacionalidade do veículo.

Os parâmetros poderão ser definidos com caráter restritivo, que impeçam a realização do abastecimento (transações protegidas) ou com caráter informativo, que apenas alertam os gestores da frota quando ocorrerem situações predefinidas, sem, contudo, restringir a realização do abastecimento (inconsistências);

O sistema deverá permitir a possibilidade de alteração de determinados parâmetros, pelos respectivos gestores, em tempo real, por meio de acesso ao software de gestão, a fim de não comprometer o abastecimento e a operacionalidade de determinado veículo;

Caso haja a realização, pela rede credenciada, de abastecimentos de combustíveis, sem a devida cobertura de crédito, por inobservância dos parâmetros estabelecidos, será de total responsabilidade da empresa contratada;

O sistema deverá possibilitar e garantir a emissão de relatórios gerenciais, financeiros, operacionais e cadastrais, que possibilitem o controle das despesas, consumo, condutores e veículos, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados.

A Contratada deverá disponibilizar no sistema, no mínimo, os seguintes relatórios:

- Relação cadastral dos veículos por unidade, em todos os níveis;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- Histórico completo das operações realizadas pela frota, contendo a indicação de todos os dados obtidos durante os abastecimentos, tais como: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do condutor, identificação do veículo (placa), hodômetro do veículo no momento do abastecimento, tipo de combustível, quantidade em litros adquiridos, valor unitário por tipo de combustível, valor total da operação em R\$ (reais).
- Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- Demonstrativo das despesas realizadas por tipo de combustível, com preço médio unitário por tipo de combustível, por veículo ou grupo de veículos;
- Demonstrativo do total consumido e do saldo remanescente por cartão, em R\$ e em percentual;
- Indicação dos desvios de hodômetro, média de consumo do veículo e tipo de combustível;
- Despesas realizadas por secretaria, em todos os níveis e por tipo de serviço;
- Desconto sobre o preço da bomba, à vista, considerando eventuais negociações realizadas diretamente com o posto da rede credenciada;
- Individual por veículo, identificando a quilometragem percorrida entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro;
- Demonstrativo de desempenho dos veículos por condutor, por tipo de veículo, por unidade;
- Consolidação de despesas por veículo ou grupo de veículos;
- Consumo e custo (km/l), por veículo ou grupo de veículos, considerando a utilização de combustível principal pelos veículos flex;
- Relatórios financeiros, e
- Demonstrativo das transações realizadas em situações não convencionais, identificando o veículo, o condutor, o estabelecimento e os valores abastecidos.

O software de gestão deverá permitir a obtenção de relatórios relativos a todo o período de vigência do contrato, sendo flexível, aos gestores, a seleção do período de consulta;

Os relatórios deverão ser disponibilizados, em tempo real, a partir do acesso ao software de gestão de abastecimento e demonstrar a situação atual verificada na frota naquele momento, considerando todos os abastecimentos realizados até então. Os relatórios deverão ser acessados e visualizados pelos gestores, com estrita observância dos respectivos níveis de acesso.

A Contratada deverá ainda: Disponibilizar relatórios, que identifique as transações protegidas por parâmetros que não foram realizadas, por não terem sido autorizadas, bem como aquelas realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos pelos gestores (inconsistências);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



Esse relatório deverá ser disponibilizado aos gestores, com observância dos níveis de acesso, no prazo máximo de 24 horas após o registro da ocorrência, devendo conter informações referentes ao veículo, condutor, estabelecimento e o motivo que ensejou o bloqueio ou o alerta.

Disponibilizar, até o terceiro dia útil de cada mês, relatório denominado Demonstrativo Mensal de Consumo de Combustível (DMCC), que contemple, na íntegra, todos os abastecimentos realizados no mês anterior;

Elaborar, mensalmente, relatório gerencial personalizado, que indique o perfil de utilização dos veículos que integram a frota da Prefeitura, que deverá apresentar, necessariamente, indicadores que demonstrem a relação R\$/L, KM/L, KM/veículo, R\$/KM, com a finalidade de identificar a necessidade de implantação de medidas que visam à melhoria contínua, por meio da otimização do uso do sistema e da redução dos custos decorrentes dos abastecimentos;

Disponibilizar relatório que apresente, de forma consolidada, a quantidade (em litros) e os valores (em R\$) dos combustíveis aplicados nos veículos da frota da Prefeitura, com a possibilidade de indexação individual ou conjunta dos seguintes atributos: **tipo combustível, município, Secretaria ao qual está vinculado o veículo, com possibilidade de corte diário, semanal, quinzenal e mensal;**

Priorizar as demandas de alterações sistêmicas, especialmente quanto à forma de apresentação dos relatórios e as ações para tratamento dos mesmos, sendo que, para tanto, serão **agendadas reuniões, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Governador Roberto Silveira, 68, com a participação da Contratada e dos gestores da frota**, ocasião em que será definido o prazo para execução das alterações;

Deverá permitir, além dos dados comuns a todos os veículos, o cadastramento de informações particulares, que caracterizam um veículo, possibilitando a obtenção de relatórios e consultas a partir desses dados.

#### **4.1 DA REDE CREDENCIADA**

A contratada deverá disponibilizar, à contratante, acesso à listagem ampla e atualizada de sua rede credenciada. Entende-se por rede credenciada o conjunto de estabelecimentos, cujo ramo de atividade é o comércio varejista de combustíveis, previamente selecionados pela empresa prestadora do serviço de gestão de abastecimento e disponibilizados para a realização do abastecimento dos veículos pertencentes à frota da Prefeitura.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



A empresa contratada deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento, durante toda a vigência do contrato, rede credenciada que permita o abastecimento dos veículos que integram a frota da Prefeitura, observada a quantidade mínima de estabelecimentos e suas respectivas localizações definidas por este Termo de Referência. (relação a ser apresentada no ato da contratação)

A REDE CREDENCIADA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO 02 (DOIS) POSTO DE ABASTECIMENTO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ, ALÉM DE PONTOS DE ABASTECIMENTO LOCALIZADOS NAS PRINCIPAIS RODOVIAS E MUNICÍPIOS PELOS QUAIS PERCORREM OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA, CUJO FUNCIONAMENTO SEJA ININTERRUPTO DAS 07H00 ÀS 20H00, EM DIAS ÚTEIS, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS.

NAS PRINCIPAIS RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A REDE CREDENCIADA DEVERÁ CONTAR COM POSTOS DE ABASTECIMENTO, CUJA DISTÂNCIA ENTRE SI NÃO EXCEDA A 250 KM.

A REDE CREDENCIADA DEVERÁ CONTAR COM PELO MENOS UM POSTO DE ABASTECIMENTO NAS SEGUINTE CIDADES:

- DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ITAPERUNA, CAMPOS DOS GOYTACAZES, ALÉM PARAÍBA, MACAÉ, TERESÓPOLIS, RIO DE JANEIRO E NITERÓI;
- DO ESTADO DE MINAS GERAIS: COIMBRA, MURIAÉ, OURO PRETO E/OU MARIANA, GOVERNADOR VALADARES, UBERLÂNDIA E BELO HORIZONTE;
- DO ESTADO DE SÃO PAULO: SOROCABA, APARECIDA DO NORTE, SÃO PAULO, SANTOS, BAURU;
- DISTRITO FEDERAL: BRASÍLIA, TAGUATINGA.

Na impossibilidade de credenciamento, por inexistência de postos que se enquadram nos critérios estabelecidos neste termo, a empresa contratada deverá justificar por escrito e credenciar outros estabelecimentos, compatibilizando os critérios da distância e do horário de funcionamento;

A fim de atender as necessidades operacionais da Prefeitura, a Contratada deverá credenciar novos postos, no prazo máximo de 30 dias, contados da data da solicitação formulada pelo gestor da frota ou do contrato; Todos os postos que integram a rede credenciada, disponibilizada para atender a frota da Prefeitura, deverão estar devidamente equipados para realizar transações de acordo com a solução tecnológica adotada pela empresa contratada, especialmente quanto ao modelo de cartão fornecido aos veículos;





Os valores dos combustíveis fornecidos pela rede credenciada serão faturados de acordo com o preço da tabela da ANP do Rio de Janeiro mês a mês, ou do valor negociado diretamente com o estabelecimento, caso essa possibilidade tenha sido efetivada;

A Contratada é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível, não respondendo a Prefeitura solidária ou subsidiariamente por este pagamento;

**Para a assinatura do contrato**, a licitante vencedora deverá comprovar que sua rede credenciada possui estabelecimentos que apresentam condições de atender, de imediato, 50% da frota, além de comprovar também que tem credenciado em sua rede o mínimo 02 (dois) postos credenciados no Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ (mínimo exigido).

A comprovação da rede credenciada deverá ser realizada por meio do envio de relação (em formato MS-Excel), indexada por município, contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço, telefone e horário de funcionamento do posto, bem como a distância compreendida entre o estabelecimento e a sede do município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

Caso seja necessário, os demais estabelecimentos deverão ser credenciados dentro do prazo de implantação do sistema, a CONTRATADA DEVE: Não credenciar e/ou descredenciar o posto de abastecimento de combustível que esteja sancionado pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre o controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e similares.

## **4.2 DA IMPLANTAÇÃO**

A Contratada deverá implantar o sistema em todas as Secretarias Municipais da Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, deixando-o em condições de pleno funcionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento, por ela, da autorização para início dos serviços, considerando o seguinte cronograma:

- Cadastramento dos veículos, equipamentos e usuários no sistema de gestão – 10 dias
- Confecção e fornecimento dos cartões individuais – até 20 dias
- Fornecimento, ao contratante, dos dados cadastrais da rede de postos credenciados – 30 dias



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- Treinamento dos condutores e gestores das sub frotas – 30 dias
- Credenciamento dos postos necessários para atendimento à totalidade do serviço – 30 dias .

O processo de implantação do sistema compreende as seguintes atividades: •  
Cadastramento dos veículos;

- Cadastramento dos usuários (gestores / condutores);
- Definição da logística da rede de postos credenciados;
- Preparação, distribuição e instalação dos equipamentos periféricos;
- Fornecimento à prefeitura da relação dos postos credenciados;
- Treinamento dos gestores e condutores;
- Fornecimento de cartões para os veículos;
- Divulgação da senha dos condutores, e
- Outras julgadas necessárias.

A Contratada deverá fornecer, sem custo extra à administração, programa de capacitação de pessoal para os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema, que deverá abordar:

- Operações de cadastramento, parametrização dos cartões e limite de crédito;
- Detalhamento dos procedimentos para utilização do software de gestão;
- Emissão de consultas e relatórios, por meio do software de gestão;
- Informações relativas à eventuais falhas operacionais e as providências necessárias para saná-las; aplicações práticas do sistema e do software de gestão;
- Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

O treinamento deverá ser ministrado na sede da Prefeitura e a quantidade de instruídos (alunos) obedecerá ao seguinte critério:

- Até 02 (dois) instruindo por Secretaria (total 20); e
- Até 10 (dez) instruindo gestores (administrativo);



Todos os materiais e equipamentos necessários para a realização do treinamento serão de inteira responsabilidade da Contratada;

Para contribuir com o processo de treinamento, a Contratada deverá elaborar e fornecer, no mínimo, 01 (um) exemplar dos materiais de apoio a seguir definidos, para cada Secretaria Municipal: Guia do usuário, com orientações necessárias para a realização de todas as atividades afetas aos gestores da frota, em todos os níveis; Vídeom mídia tipo DVD e Pen-Drive, voltado ao treinamento dos condutores, com apresentação do produto e as orientações necessárias para a realização de todas as atividades afetas aos condutores, inclusive em relação aos procedimentos a serem adotados pelos frentistas nos postos da rede credenciada.

#### **4.3 DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços descritos no presente Termo de Referência, à Prefeitura é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços prestados.

Para tanto, o fiscal do contrato poderá: Ter livre acesso aos locais de execução do serviço; Exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar seu efetivo cumprimento; Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela empresa contratada, efetivando avaliações periódicas; Apresentar planilha dos serviços efetivamente executados, para efeito de medição, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados decorrentes de motivos imputáveis à empresa contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.

Os abastecimentos serão recebidos provisoriamente mediante conferência com descritivo e quantitativos constantes na nota fiscal, a ser atestada pelo responsável do veículo no momento do abastecimento. Após o recebimento provisório, no prazo máximo de 3 dias úteis, será verificada, pelo fiscal da contratação, a conformidade com as especificações contratadas, assim como conformidade das informações do abastecimento do veículo abastecido. Não havendo detecção de irregularidades, ocorrerá a aceitação ou o recebimento definitivo. **Caso seja verificada qualquer incompatibilidade**, a empresa contratada e o servidor responsável pelo atestamento do abastecimento, por própria conta e ônus, deverão justificar eventuais discrepâncias detectadas pelo fiscal, em **no máximo 5 dias**, sob o **risco de anulação do pagamento**.



A aceitação do combustível não isentará a responsabilidade do fornecedor pela respectiva qualidade, cabendo-lhe sanar todos os problemas que venham a ocorrer nos veículos da administração em decorrência do uso dos respectivos combustíveis. Eventuais situações como esta deverão ser comprovadas pela administração, assim como, a empresa contratada terá direito à manifestação de defesa. Na eventualidade de comprovação, entretanto, custos de manutenção dos veículos ocorrerão por conta e ônus da empresa.

#### **4.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.4.1 Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

4.4.2 Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) de serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser inferior a três anos.

4.4.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

4.4.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

16 de 18

4.4.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

#### **Subcontratação**

O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

Os produtos poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, caso não estejam em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Nesses casos, a contratada deverá realizar a substituição imediata, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas cabíveis.

A contratada será responsável por todos os encargos decorrentes da execução contratual, incluindo tributos, frete, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



demaís obrigações legais. A contratada deverá manter sua habilitação em situação ativa durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

A formalização do **pagamento será realizada mediante crédito em conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos itens** e apresentação da nota fiscal eletrônica, devidamente atestada pelo setor competente.

A vigência contratual será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mantendo-se, durante todo o período, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





A transição contratual e transmissão de conhecimento não se aplicam nessa aquisição, por se tratar de objetos que não demandam treinamento ou algo similar.

Os requisitos foram definidos pelas Secretarias Municipais participantes, considerando especificações técnicas dos produtos. A contratação deverá observar os requisitos previstos na legislação em vigor, inclusive os de sustentabilidade.

#### **4.5 JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO OBJETO**

Considerando a natureza do objeto da contratação, consistente na implantação, intermediação e administração de sistema informatizado e integrado de gerenciamento de frota, mediante utilização de etiqueta com tecnologia RFID, contemplando rede credenciada para fornecimento de combustíveis (ARLA 32, gasolina e diesel), entende-se necessária a vedação à subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

A execução dos serviços envolve atividades altamente integradas, compreendendo a disponibilização de plataforma tecnológica, gestão de dados operacionais, controle eletrônico dos abastecimentos, monitoramento em tempo real das transações, emissão de relatórios gerenciais, suporte técnico especializado e manutenção da rede credenciada, exigindo atuação coordenada e responsabilidade única pela prestação dos serviços.

A eventual subcontratação ou transferência da execução poderá comprometer a padronização dos procedimentos, a rastreabilidade das operações, a segurança das informações, a integridade dos dados gerados pelo sistema e a efetiva fiscalização contratual, além de dificultar a identificação de responsabilidades em casos de falhas operacionais, inconsistências nos registros de abastecimento ou indisponibilidade da solução tecnológica.

Adicionalmente, a vedação visa assegurar que a empresa contratada, selecionada mediante procedimento licitatório em razão de sua capacidade técnica, econômico-financeira e operacional, permaneça integralmente responsável pela execução das obrigações assumidas, garantindo maior eficiência, controle, transparência e segurança na gestão da frota pública.

Dessa forma, em observância aos princípios da eficiência, da supremacia do interesse público, da segurança da contratação e da adequada execução contratual, fica justificada a proibição de subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços, mantendo-se a responsabilidade integral da contratada perante a Administração.



## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 A Contratada deverá implantar o sistema em todas as Secretarias Municipais da Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, deixando-o em condições de pleno funcionamento, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contado do recebimento, por ela, da autorização para início dos serviços.

5.2 O objeto desta contratação, por sua natureza, **não enseja prazo de entrega ou execução**. Os combustíveis serão requeridos imediatamente em loco, após a implementação do sistema, nos estabelecimentos dos fornecedores adjudicados no certame, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente

5.3 **Local de entrega** - Os produtos deverão ser entregues nos postos credenciados.

5.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

5.6 Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

5.7 Registramos que as especificações dos itens que prevalecerá será obrigatoriamente a deste termo de referência, em razão do catálogo de materiais – CATMAT não possuir as especificações completas dos itens conforme necessidade do Município.

## 6. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O presente TR contempla o **órgão gerenciador** (Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana/RJ) e **órgãos participantes internos** (secretarias listadas nos processos administrativos citados, a saber:

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Público, Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal do Ambiente, Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Secretaria Municipal de Agricultura e Sustentabilidade, Serviço Autônomo de Água e Esgoto / SAAE, Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Saúde.



**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.3.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



7.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.8 O presente contrato para aquisição terá vigência pelo período de 12 (doze) meses. O prazo foi definido considerando o planejamento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana-RJ que procederá as aquisições por meio de empenho para entrega imediata

7.9 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. O licitante deverá garantir os requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento dos itens entregues conforme edital durante toda a vigência do contrato.

7.10 A natureza da contratação não será continuada, uma vez que se trata de compra por meio de Pregão Eletrônico, cujo quantitativo empenhado gera a obrigação de entrega imediata e 100% pela Contratada.

7.11 Os materiais especificados neste Termo de Referência serão fornecidos de acordo com a demanda das Secretarias Municipais.

7.12 Será rejeitado todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas neste termo. O descumprimento dos prazos acima implicará na aplicação das sanções administrativas previstas no Edital.

**8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)**

8.1 O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, **será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da entrega da parcela dos itens**, após a apresentação da respectiva nota fiscal, emitida pela empresa, acompanhada das certidões de regularidade fiscal Municipal, Estadual(ais), Federal, de Débitos Trabalhistas e do FGTS. **A nota fiscal (ou documento auxiliar) deverá OBRIGATORIAMENTE conter os dados do(s) veículo(s) abastecido(s) e os dados bancários de recepção de pagamento da empresa.**

8.2 Do pagamento da despesa:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



8.2.1 O pagamento será efetuado, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.2.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8.2.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

**9.11.1 Habilitação Jurídica;**

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.11.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;**

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.12 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

9.13 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

9.14 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Bom Jesus de Itabapoana, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

9.15 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



## **9.16- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.16.1 - Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

9.16.2 - A comprovação de rede de estabelecimentos conveniados somente será exigida após homologação do certame, sendo condição imprescindível para a assinatura do contrato administrativo.

## **9.17 - JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

Considerando a necessidade de garantir a adequada execução do objeto contratual, a Administração Pública entende ser indispensável a exigência de qualificação técnica das empresas que pretendam participar do certame destinado ao fornecimento de combustíveis.

O fornecimento de combustíveis envolve a manipulação, estocagem e distribuição de produtos inflamáveis e de elevado risco, cuja comercialização exige estrito cumprimento de normas técnicas e regulamentares emanadas de órgãos competentes, especialmente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como de legislações ambientais e de segurança. Dessa forma, é imprescindível que o futuro contratado comprove possuir capacidade técnica compatível com as especificidades do objeto, de modo a assegurar a integridade do produto, a segurança operacional e a regularidade do abastecimento.

A exigência de qualificação técnica visa, ainda, resguardar a Administração quanto à necessidade de continuidade dos serviços públicos, uma vez que o fornecimento de combustível é essencial para o funcionamento da frota oficial e para a manutenção de atividades administrativas e operacionais. A comprovação de aptidão técnica prévia permite verificar a capacidade logística, operacional e organizacional das licitantes, reduzindo o risco de interrupções no fornecimento, atrasos ou entrega de produto fora das especificações.

A medida encontra amparo no disposto na legislação de licitações, que autoriza a Administração a estabelecer requisitos de habilitação técnica proporcionais e diretamente relacionados à complexidade do objeto, com vistas a garantir a execução contratual em conformidade com o interesse público. No caso específico, a natureza



sensível e regulada do fornecimento de combustíveis demonstra a pertinência e a necessidade da exigência.

## **10 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **10.1 Da Contratada:**

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

## **10.2 Da Contratante:**

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



11.1.2 Comete infração administrativa a contratada que:

11.1.3 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.4 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.5 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.6 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.7 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.8 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.9 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.10 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.11 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.12 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.13 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.14 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

11.3.1 advertência;

11.3.2 multa;

11.3.3 impedimento de licitar e contratar;

11.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

11.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

11.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

11.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

11.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

11.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

11.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

**12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).**

A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório, segundo mapa de apuração de preços realizada pelo setor de compras será de R\$ 7.662.907,85 (sete milhões seiscentos e sessenta e dois mil novecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos), sendo:

**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTA  
(COMBUSTÍVEL)**

ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADOS	VALOR MÉDIO (PREÇO BASE ANP E	VALOR MÉDIO TOTAL	Valor médio com taxa
------	------------	-----------	------	---------------------	--	-------------------------	-------------------------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



					ESTIMATIVA DE MERCADO)		de admin istraç ão de 1,82%
1	438910	Arla 32	LITRO	8.640	5,51	47.606,40	48.472,84
2	485508	ARLA 32 Reagente	Galão	144	122,54	17.645,76	17.966,91
3	461506	Gasolina tipo comum.**	LITRO	402.513	6,80	2.737.088,40	2.786.903,41
4	461548	Óleo Diesel tipo comum S-500.**	LITRO	261.000	6,51	1.699.110,00	1.730.033,80
5	461552	Óleo Diesel, S-10.**	LITRO	450.743	6,71	3.024.485,26	3.079.530,89
VALOR TOTAL GERAL						7.525.935,82	R\$ 7.662.907,85
PLANILHA DE PREÇO							
Preço Estimado Total Ano, sem taxa de administração (de acordo com item 1.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital)					R\$ 7.525.935,82		
Taxa de administração (*) (3) = (1) x (2)					1,82%	R\$ 136.972,03	
Preço estimado total (4) = (1) + (3)					R\$ 7.662.907,85		

### 13. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço com maior desconto e será de disputa aberto, critério de julgamento menor preço com desconto mais vantajoso, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de



2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, pois permite maior participação de fornecedores especializados, garantindo economicidade e competitividade.

#### **14. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA**

O contrato terá validade de até **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, conforme art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.

Consoante ao Art. 82, Inciso VI e Art. 84, os preços registrados nesta contratação serão fixos e irrevogáveis durante o 1º período de vigência da ARP. Quando da prorrogação, poderá, única e exclusivamente, ser aplicado o índice de **correção inflacionária IPCA** (IBGE), considerando-se o valor de reajuste relativo ao período de 1 ano anterior disponibilizado pelo IBGE. Isto, contudo, não excluirá a necessidade de comprovação prévia da vantajosidade dos preços atualizados, em atendimento ao Art. 84.

#### **15. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

A contratação poderá ser realizada conforme demanda, por meio de **ordem de fornecimento** ou **instrumento contratual**, conforme art. 84, §2º da Lei nº 14.133/2021. O prazo de entrega e demais condições constarão na minuta da Ata e do Edital.

#### **16. DA FISCALIZAÇÃO**

Os fiscais do contrato nomeados serão os seguintes, determinados por cada secretaria:

- a. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos terá como fiscal Geraldo Antonio Teodoro Lima, Coordenador de Fiscalização, portaria nº 351/2025.
- b. A Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil terá como fiscal Waltair Caetano da Silva Junior Mat.: 4970.
- c. Secretaria Municipal de Finanças terá como fiscal Jeiza da Costa Sana Carvalho, matrícula 9535-1.
- d. A Secretaria Municipal de Educação, terá como fiscal do seu contrato o funcionário Bruno do Santos Carneiro – Gerente de Transporte Escolar e Assistência ao Educando, Portaria nº 420/2025.
- e. A Secretaria Municipal do Ambiente, terá como fiscal Rodrigo Silva de Souza, Portaria nº 433/25;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- f. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação terá como fiscal os servidores Diana Araújo Gomes, Gerente de Materiais e Infraestrutura, Portaria nº 445/2025 e Waldeir da Silva Chrisóstomo, Coordenador de Direitos Humanos, Trabalho e Renda, Portaria nº 383/2025.
- g. A Secretaria Municipal de Agricultura e Sustentabilidade terá como fiscal Flavio Santos Boniolo, Setor de Gerência – Portaria 436/25.
- h. Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE terá como fiscal Carlos Ney Costa Pires, Portaria nº 498/25.
- i. Gabinete do Prefeito terá como fiscal João Carlos de Souza, Assistente de Gabinete, Matrícula 910.
- j. A Secretaria Municipal de Saúde, terá como fiscal do seu contrato Valdevi da Silva Ramos – Portaria nº 460/2025.

#### **17– FONTES DE RECURSOS**

- a. O Processo Administrativo nº 13041/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Público está com previsão orçamentária a seguir apontada, pela própria pasta.

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.30.00	720	262	15.451.0124.2792.2792

- b. O Processo Administrativo nº 15360/2025, da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Defesa Civil, tem como dados indicados a tabela abaixo:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.30.00	720	528	06.182.0123.2792.2792

- c. O Processo Administrativo nº 15370/2025, da Secretaria Municipal de Finanças, tem como dados indicados a tabela abaixo:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.30	720	73	04.122.0117.2792.2792

- d. O Processo Administrativo nº 15724/2025, da Secretaria Municipal de Educação, tem como dados indicados a tabela abaixo:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.30.00	573 e 550		12.361.0110.2632.2632 12.361.0110.2633.0000

e. O Processo Administrativo nº 15803/2025, da Secretaria Municipal do Ambiente, tem como dados indicados a tabela abaixo:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.30.00	500	600	18.541.0122.2013.2013
3.3.90.30.00	720	292	18.541.0122.2792.2792

f. O Processo Administrativo nº 17037/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, tem como dados indicados a tabela abaixo:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.30.00 e 3.3.90.32.00	500, 720 e 660	450, 451 e 689	08.122.0111.2616.0000
3.3.90.30.00	660	460	08.244.0111.2617.0000
3.3.90.30.00	660 e 669	480, 481	08.244.0111.2618.0000
3.3.90.30.00	720, 660 e 669	493,494,495	08.244.0111.2619.0000
3.3.90.30.00	660	472	08.243.0127.2626.2726
3.3.90.30.00	660 e 720	507 e 751	08.244.0111.2620.0000
3.3.90.30.00	720	512	08.244.0111.2623.0000
3.3.90.30.00	720	516	08.244.0111.2624.0000
3.3.90.30.00	720	520	08.244.0111.2625.0000
3.3.90.32.00	720	521	08.244.0111.2626.0000
3.3.90.30.00	660	472	08.244.0111.2726.0000
3.3.90.30.00	660	529	08.244.0111.2795.0000
3.3.90.30.00	720	533	08.244.0111.2631.0000

g. O Processo Administrativo nº 17337/2025, da Secretaria Municipal de Agricultura e Sustentabilidade, tem como dados indicados a tabela abaixo:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.30.00	720.720	674	18.541.0122.2013.2013

h. O Processo Administrativo nº 17320/2025, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, tem como dados indicados a tabela abaixo:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.30.00	501	546	17.512.0125.2020.2020

i. O Processo Administrativo nº 030201/000017/2025, do Gabinete do Prefeito, tem como dados indicados a tabela abaixo:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.39.00	720	015	04.122.0119.2001.2001

j. O Processo Administrativo nº 03028/001140/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, tem como dados indicados a tabela abaixo:

Elemento de despesa	Fonte	Conta/Ficha	Plano de Trabalho
3.3.90.39.00	500.500	340	10.122.0105.2610.0000
3.3.90.39.00	500.500	372	10.301.0106.2611.0000
3.3.90.39.00	500.500	373	10.301.0106.2611.0000
3.3.90.39.00	600.001	382	10.301.0106.2611.2727
3.3.90.39.00	600.002	405	10.302.0109.2612.2727
3.3.90.39.00	600.004	426	10.304.0107.2614.0000
3.3.90.39.00	600.005	438	10.305.0107.2615.2729

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

18.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos.

Bom Jesus do Itabapoana/RJ, 18 de junho de 2026.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



**MONALISA BRITES GARCIA AMARAL**

**MATRÍCULA 9846**

**ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**, situado à Av. Governador Roberto Silveira, nº 68 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ, Telefone nº (22) 3833-9200 - CNPJ/MF sob o nº 288129720003-61, contra com a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID DE GERENCIAMENTO DE FROTA OU POR MEIO DE CARTÕES MAGNÉTICOS MICROPROCESSADOS (CHIP) COM SENHA PARA GERENCIAMENTO DE FROTA EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE ARLA, GASOLINA E DIESEL, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ**, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID DE GERENCIAMENTO DE FROTA OU POR MEIO DE CARTÕES MAGNÉTICOS MICROPROCESSADOS (CHIP) COM SENHA PARA GERENCIAMENTO DE FROTA EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE ARLA, GASOLINA E DIESEL, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



1.2. O valor do combustível deverá ser o cobrado na bomba no momento do abastecimento, não ultrapassando os valores máximos divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para a respectiva região onde será feito o abastecimento.

Objeto da contratação por secretaria:

TAXA ADMINISTRATIVA						XX %
GABINETE DO PREFEITO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUA NT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATI VA)	VALOR TOTAL	
1	Gasolina comum	L	12.00 0	R\$ 6,80	R\$ 81.600,0 0	
-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 81.600,00				
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$				
VALOR TOTAL		R\$				
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUAN T.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIV A)	VALOR TOTAL	
1	Gasolina comum	L	5.500	R\$ 6,80	R\$ 37.400,00	
-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 37.400,00				
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$				
VALOR TOTAL		R\$				
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUA NT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATI VA)	VALOR TOTAL	
1	Gasolina comum	L	55.00 0	R\$ 6,80	R\$ 374.000, 00	
-	-	-	-	-	-	
3	Óleo Diesel S-10	L	200.0 00	R\$ 6,71	R\$ 1.342.00 0,00	
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 1.716.000,00				
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$				
VALOR TOTAL		R\$				
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUAN T.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIV A)	VALOR TOTAL	
1	Gasolina comum	L	6.770	R\$ 6,80	R\$ 46.036,00	
-	-	-	-	-	R\$ 0,00	
3	Óleo Diesel S-10	L	11.500	R\$ 6,71	R\$ 77.165,00	
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 123.201,00				
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$				
VALOR TOTAL		R\$				
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E DEFESA CIVIL						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUA NT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATI VA)	VALOR TOTAL	
1	Gasolina comum	L	45.00 0	R\$ 6,80	R\$ 306.000, 00	
-	-	-	-	-	-	
3	Óleo Diesel S-10	L	50.00 0	R\$ 6,71	R\$ 335.500, 00	
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 641.500,00				
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$				
VALOR TOTAL		R\$				
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUAN T.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIV A)	VALOR TOTAL	
1	Gasolina comum	L	30.243	R\$ 6,80	R\$ 205.652,13	
-	-	-	-	-	-	
3	Óleo Diesel S-10	L	30.243	R\$ 6,71	R\$ 202.930,26	
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 408.582,39				
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		R\$				
VALOR TOTAL		R\$				
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)						



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUA NT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATI VA)	VALOR TOTAL	ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUAN T.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIV A)	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	L	153.0 00	R\$ 6,80	R\$ 1.040.40 0,00	1	Gasolina comum	L	2.000	R\$ 6,80	R\$ 13.600,00
-	-	-	-		-	-	-	-	-		-
3	Óleo Diesel S-10	L	60.00 0	R\$ 6,71	R\$ 402.600, 00	3	Óleo Diesel S-10	L	2.000	R\$ 6,71	R\$ 13.420,00
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 1.443.000,00				VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 27.020,00			
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$				VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$			
VALOR TOTAL		R\$				VALOR TOTAL		R\$			

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUA NT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATI VA)	VALOR TOTAL	ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUAN T.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIV A)	VALOR TOTAL
1	Arla 32	L	8.640	R\$ 5,51	R\$ 47.606,4 0	1	Arla 32 Reagente	GAL ÃO	144	R\$ 122,54	R\$ 17.645,76
3	Gasolina comum	L	35.00 0	R\$ 6,80	R\$ 238.000, 00	3	Gasolina comum	L	58.000	R\$ 6,80	R\$ 394.400,00
4	Óleo Diesel S-500.	L	40.00 0	R\$ 6,51	R\$ 260.400, 00	4	Óleo Diesel S-500.	L	221.00 0	R\$ 6,51	R\$ 1.438.710,0 0
4	Óleo Diesel S-10	L	45.00 0	R\$ 6,71	R\$ 301.950, 00	4	Óleo Diesel S-10	L	52.000	R\$ 6,71	R\$ 348.920,00
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 847.856,40				VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 2.199.675,7 6			
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$				VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$			
VALOR TOTAL		R\$				VALOR TOTAL		R\$			

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO										XX%
										R\$ 7.525.935,8 2
VALOR ESTIMADO GLOBAL										
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO GLOBAL OU DO DESCONTO										R\$
VALOR + TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU APLICAÇÃO DE DESCONTO *										R\$ xxxxxx

\*Taxa de administração negativa será aplicado o desconto no valor estimado.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura do contrato, podendo o presente contrato de serviço e fornecimento contínuo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do artigo 107 da lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**  
**(art. 92, IV, VII e XVIII)**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, obrigações, assim como os prazos e condições de conclusão e entrega do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

O licitante deve proporcionar o fornecimento dos itens constantes no Termo de Referência, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento:

A Contratada deverá implantar o sistema em todas as Secretarias Municipais da Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, deixando-o em condições de pleno funcionamento, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contado do recebimento, por ela, da autorização para início dos serviços.

O objeto desta contratação, por sua natureza, **não enseja prazo de entrega ou execução**. Os combustíveis serão requeridos imediatamente em loco, após implantação do sistema, nos estabelecimentos dos fornecedores adjudicados no certame, conforme necessidade, podendo ocorrer não somente em dias e horários úteis de semana, como também aos fins de semana, em razão de viagens necessárias.

Os combustíveis serão solicitados mediante presença do veículo, o qual será abastecido com o combustível que lhe corresponder. A Fiscalização do servidor não desresponsabilizará o fornecedor ou eventual prestador de serviço do mesmo, quando do abastecimento, devendo os mesmos certificarem do abastecimento ocorrer diretamente ao veículo, na capacidade adequada e valor contratado. **Todo abastecimento deverá ocorrer acompanhado da emissão de respectiva nota fiscal ou documentação pertinente (física ou eletrônica).**

Será expressamente **PROIBIDO** qualquer abastecimento realizado por meio de utilização de embalagens para transporte.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



A contratada, além das atividades básicas e obrigatórias para garantir o uso do serviço a ser contratado, deverá assegurar o que se segue:

Deverá ser baseado na utilização de cartão de controle **(com utilização de etiqueta com tecnologia RFID de gerenciamento de frota ou por meio de cartões magnéticos microprocessados (chip) com senha)**, que possa ser utilizado na rede de postos credenciados pela contratada.

Cada veículo terá um único cartão magnético ou microprocessado, que deverá constituir-se em uma ferramenta de controle e gestão dos combustíveis consumidos nos postos que integram a rede credenciada.

Deverá garantir a segurança e a integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

Deverá dispor de um software de gestão de abastecimento, que possibilite, por meio de acesso via internet (on-line), que os usuários previamente cadastrados e autenticados por meio de senha individual, possam acessar a base de dados com o objetivo de estabelecer parâmetros para os abastecimentos, realizar consultas e obter relatórios gerenciais, solicitar novos cartões, credenciar e/ou descredenciar veículos e condutores, realizar a manutenção de cadastros, dentre outras funcionalidades.

Deverá permitir que todas as alterações realizadas on-line, por meio do software de gestão, sejam processadas **e validadas em tempo real, produzindo efeitos imediatos**;

Deverá, por ocasião de cada abastecimento, capturar e efetuar o registro informatizado de todos os dados referentes àquele procedimento, integrando-os em uma base de dados permanente e constantemente atualizada, para, em seguida, por meio do software de gestão, transformá-los em informações gerenciais, analíticas e financeiras, que serão disponibilizadas aos gestores da frota e setorial, para subsidiar a tomada de decisão;

O registro das informações referentes aos abastecimentos será realizado por meio de equipamentos periféricos específicos para leitura e gravação de dados, instalados nos postos da rede credenciada; Deverá, por ocasião de cada abastecimento realizado nos postos da rede credenciada, validar o procedimento e registrar todas as informações necessárias para o posterior pagamento do combustível fornecido;

**O preço máximo pago pelos combustíveis ficará limitado ao preço médio de mercado apurado pela Agência Nacional de Petróleo do Estado – RJ, sob pena de retenção ou cobrança de eventual diferença.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



Deverá permitir o estabelecimento de, pelo menos, 02 (dois) diferentes níveis de acesso ao software de gestão (gestor da frota e gestor setorial), sendo certo que o gestor setorial somente poderá ter acesso às informações referentes aos veículos pertencentes à Secretaria a qual esteja vinculado.

- O nível gestor da frota deverá permitir acesso total e irrestrito a todas as funcionalidades do sistema, bem como a visualização de toda a frota e será conferido somente aos Servidores indicados pelas secretarias solicitantes;
- O nível gestor setorial deverá permitir acesso a todas as funcionalidades do sistema, exceto inclusão e exclusão de veículos, somente dos veículos pertencentes à secretaria pertinente, em número de até 02 (dois) acessos por secretaria, a servidor a ser escolhido pelo Gestor da referida secretaria, dentre ocupantes de posição em nível de Cargo Comissionado ou Função Gratificada pertencente àquela Pasta;

O responsável pela parametrização do sistema será do nível **gestor de frota**;

A composição da Prefeitura para distribuição do sistema gestor setorial é de 10 Secretarias.

A contratada deverá disponibilizar um cartão para cada uma das 10 (dez) unidades, totalizando um número não inferior ao do total de veículos da frota municipal (próprios e locados) da Prefeitura do Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, que serão identificados pela logomarca da Prefeitura (quando próprios). Ressalvando o direito a acréscimo de novos veículos.

Os cartões deverão ser disponibilizados e direcionados aos **veículos**, e, não, aos **usuários** do mesmo, de forma que a utilização dos veículos por diferentes condutores seja facilitada e otimizada.

A Contratada deverá disponibilizar cartões extras (reserva), que possam ser imediatamente utilizados no caso de falhas ou extravio dos cartões em uso, garantindo a continuidade dos abastecimentos e do controle que vinha sendo realizado, até que um novo cartão seja confeccionado para substituir definitivamente o cartão original;

Os cartões extras (reserva) deverão permitir a vinculação a um veículo da frota da Prefeitura, por meio da respectiva placa, sendo que essa vinculação e a posterior desvinculação deverão ser realizadas nos níveis de gestor da frota, de forma on-line e em tempo real, por meio do software de gestão;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



Ao serem desvinculados de um determinado veículo, os cartões extras deverão ser bloqueados, até que surja a necessidade de serem utilizados novamente, com o propósito de se evitar o uso indevido desse recurso;

A quantidade de cartões extras (reserva) não poderá ser inferior a 10% do total de cartões distribuídos.

Durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada, **cada condutor deverá ter sua identificação validada por meio de cartão de identificação funcional, matrícula funcional e/ou portaria de nomeação municipal, não se admitindo a realização de qualquer operação sem que haja a plena identificação do veículo e do respectivo condutor;**

Caberá à empresa contratada, a responsabilidade pela solução técnica que identifique o condutor e o veículo no ato do abastecimento e que coíba, com agilidade e segurança, as eventuais transações não autorizadas (protegidas), bem como, identifique e registre as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos (inconsistências);

As tentativas de realização de transações protegidas e as inconsistências registradas deverão ser informadas ao gestor da frota/contrato, no prazo máximo de 24 horas após a respectiva ocorrência. Deverá emitir comprovante da transação realizada, independentemente da solicitação do condutor, com, no mínimo, os seguintes dados: identificação do posto (nome e endereço), identificação do veículo (placa), hodômetro do veículo no momento do abastecimento, tipo de combustível e/ou serviço utilizado, data e hora da transação, quantidade de litros, valor da operação, além do local destinado para o condutor informar o CPF e consignar sua assinatura;

**Deverá permitir, em situações excepcionais, que os abastecimentos e os serviços realizados e pagos pela Prefeitura por outros meios, por ocasião de viagens para cidades que não possuam postos credenciados, sejam registrados manualmente, por meio de processo de captura não convencional, conforme solução a ser definida e apresentada pela empresa contratada, a fim de garantir o controle efetivo do consumo verificado pela totalidade dos veículos que integram a frota municipal;**

Deverá permitir, em caso de falhas dos equipamentos periféricos ou dos cartões, ou ainda, diante da ocorrência de situações adversas, como falta de energia elétrica, falhas de conexão, dentre outras, a adoção de procedimento contingencial, que garanta a realização do abastecimento e a obtenção das informações necessárias para o controle e a gestão dos procedimentos realizados, além de não comprometer a continuidade das atividades operacionais da Prefeitura;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



Deverá permitir o registro, na base de dados do sistema, do valor do combustível negociado diretamente com os postos da rede credenciada, que passará a ser considerado nos casos de abastecimentos futuros, independente do preço indicado na bomba;

Deverá permitir a geração dos dados, capturados por ocasião de todos os abastecimentos realizados na rede credenciada, para posterior importação pelo software de controle de frota utilizado pela Prefeitura, de acordo com o leiaute (layout) e as regras de negócio definidas pela Prefeitura;

Caberá à empresa contratada a responsabilidade pela geração quinzenal dos dados, que deverão contemplar, no mínimo: identificação do posto (nome, endereço e CNPJ), data do abastecimento (data e hora), quilometragem no momento do abastecimento, tipo de combustível, quantidade de litros, valor unitário do abastecimento por litro, valor total do abastecimento, identificação do veículo (placa), identificação do motorista, número da ordem de serviço.

As informações deverão ser geradas e disponibilizadas quinzenalmente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a consumação do abastecimento do último dia do período.

Os arquivos de dados deverão ser gerados no formato "CSV" (arquivos texto separados por vírgula) e transmitidos, via internet, por meio de conexão com o servidor disponibilizado pela Prefeitura ou, preferencialmente, serem disponibilizados para cópia ("download") pela Prefeitura numa página (site) desenvolvida pela Contratada especialmente dedicada para esse fim. O acesso à página deverá ser controlado com o uso de login/senha, fornecido e gerenciado pela Contratada.

Deverá permitir a parametrização do abastecimento, por meio de critérios estabelecidos pelos gestores da frota e gestor do contrato, com a finalidade de regular os abastecimentos de acordo com o perfil operacional de cada um dos veículos ou grupo de veículos;

A possibilidade de parametrização deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- Desempenho do veículo - km/l (mínimo e máximo), considerando apenas o combustível principal, nos casos de veículos com motorização flex;
- Tipo de combustível (principal e secundário);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- Quantidade de litros permitida (combustível principal e secundário), considerando a capacidade do tanque do veículo;
- Tipo de serviços por veículo;
- Intervalo de tempo entre as transações, considerando a possibilidade de abastecimento simultâneo com combustível principal e secundário;
- Valor permitido por transação e por tipo de serviço (mínimo e máximo);
- Limite de crédito permitido durante o mês;
- Quantidade de transações permitidas (calendário, horário, mínimo e máximo);
- Preço por litro, por tipo de combustível e por município (mínimo e máximo);
- Rede credenciada disponível (uf, município e estabelecimento), e
- Hodômetro (caso seja definido, o sistema não deverá aceitar a indicação de quilometragem inferior à indicada no último abastecimento, sendo que no caso de erro, deverá haver a possibilidade de correção, pelo respectivo gestor, em tempo real, por meio de acesso ao software de gestão, a fim de não comprometer o abastecimento e a operacionalidade do veículo.

Os parâmetros poderão ser definidos com caráter restritivo, que impeçam a realização do abastecimento (transações protegidas) ou com caráter informativo, que apenas alertam os gestores da frota quando ocorrerem situações predefinidas, sem, contudo, restringir a realização do abastecimento (inconsistências);

O sistema deverá permitir a possibilidade de alteração de determinados parâmetros, pelos respectivos gestores, em tempo real, por meio de acesso ao software de gestão, a fim de não comprometer o abastecimento e a operacionalidade de determinado veículo;

Caso haja a realização, pela rede credenciada, de abastecimentos de combustíveis, sem a devida cobertura de crédito, por inobservância dos parâmetros estabelecidos, será de total responsabilidade da empresa contratada;

O sistema deverá possibilitar e garantir a emissão de relatórios gerenciais, financeiros, operacionais e cadastrais, que possibilitem o controle das despesas, consumo, condutores e veículos, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados.

A Contratada deverá disponibilizar no sistema, no mínimo, os seguintes relatórios:

- Relação cadastral dos veículos por unidade, em todos os níveis;
- Histórico completo das operações realizadas pela frota, contendo a indicação de todos os dados obtidos durante os abastecimentos, tais como: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do condutor, identificação do veículo (placa), hodômetro



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



do veículo no momento do abastecimento, tipo de combustível, quantidade em litros adquiridos, valor unitário por tipo de combustível, valor total da operação em r\$ (reais).

- Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- Demonstrativo das despesas realizadas por tipo de combustível, com preço médio unitário por tipo de combustível, por veículo ou grupo de veículos;
- Demonstrativo do total consumido e do saldo remanescente por cartão, em r\$ e em percentual;
- Indicação dos desvios de hodômetro, média de consumo do veículo e tipo de combustível;
- Despesas realizadas por secretaria, em todos os níveis e por tipo de serviço;
- Desconto sobre o preço da bomba, à vista, considerando eventuais negociações realizadas diretamente com o posto da rede credenciada;
- Individual por veículo, identificando a quilometragem percorrida entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro;
- Demonstrativo de desempenho dos veículos por condutor, por tipo de veículo, por unidade;
- Consolidação de despesas por veículo ou grupo de veículos;
- Consumo e custo (km/l), por veículo ou grupo de veículos, considerando a utilização de combustível principal pelos veículos flex;
- Relatórios financeiros, e
- Demonstrativo das transações realizadas em situações não convencionais, identificando o veículo, o condutor, o estabelecimento e os valores abastecidos.

O software de gestão deverá permitir a obtenção de relatórios relativos a todo o período de vigência do contrato, sendo flexível, aos gestores, a seleção do período de consulta;

Os relatórios deverão ser disponibilizados, em tempo real, a partir do acesso ao software de gestão de abastecimento e demonstrar a situação atual verificada na frota naquele momento, considerando todos os abastecimentos realizados até então. Os relatórios deverão ser acessados e visualizados pelos gestores, com estrita observância dos respectivos níveis de acesso.

A Contratada deverá ainda: Disponibilizar relatórios, que identifique as transações protegidas por parâmetros que não foram realizadas, por não terem sido autorizadas, bem como aquelas realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos pelos gestores (inconsistências);

Esse relatório deverá ser disponibilizado aos gestores, com observância dos níveis de acesso, no prazo máximo de 24 horas após o registro da ocorrência, devendo conter



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



informações referentes ao veículo, condutor, estabelecimento e o motivo que ensejou o bloqueio ou o alerta.

Disponibilizar, até o terceiro dia útil de cada mês, relatório denominado Demonstrativo Mensal de Consumo de Combustível (DMCC), que contemple, na íntegra, todos os abastecimentos realizados no mês anterior;

Elaborar, mensalmente, relatório gerencial personalizado, que indique o perfil de utilização dos veículos que integram a frota da Prefeitura, que deverá apresentar, necessariamente, indicadores que demonstrem a relação R\$/L, KM/L, KM/veículo, R\$/KM, com a finalidade de identificar a necessidade de implantação de medidas que visam à melhoria contínua, por meio da otimização do uso do sistema e da redução dos custos decorrentes dos abastecimentos;

Disponibilizar relatório que apresente, de forma consolidada, a quantidade (em litros) e os valores (em R\$) dos combustíveis aplicados nos veículos da frota da Prefeitura, com a possibilidade de indexação individual ou conjunta dos seguintes atributos: **tipo combustível, município, Secretaria ao qual está vinculado o veículo, com possibilidade de corte diário, semanal, quinzenal e mensal;**

Priorizar as demandas de alterações sistêmicas, especialmente quanto à forma de apresentação dos relatórios e as ações para tratamento dos mesmos, sendo que, para tanto, serão **agendadas reuniões, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Governador Roberto Silveira, 68, com a participação da Contratada e dos gestores da frota**, ocasião em que será definido o prazo para execução das alterações;

Deverá permitir, além dos dados comuns a todos os veículos, o cadastramento de informações particulares, que caracterizam um veículo, possibilitando a obtenção de relatórios e consultas a partir desses dados.

#### **4.1 DA REDE CREDENCIADA**

A contratada deverá disponibilizar, à contratante, acesso à listagem ampla e atualizada de sua rede credenciada. Entende-se por rede credenciada o conjunto de estabelecimentos, cujo ramo de atividade é o comércio varejista de combustíveis, previamente selecionados pela empresa prestadora do serviço de gestão de abastecimento e disponibilizados para a realização do abastecimento dos veículos pertencentes à frota da Prefeitura.

A empresa contratada deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento, durante toda a vigência do contrato, rede credenciada que permita o abastecimento dos veículos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



que integram a frota da Prefeitura, observada a quantidade mínima de estabelecimentos e suas respectivas localizações definidas por este Termo de Referência. (relação a ser apresentada no ato da contratação)

A REDE CREDENCIADA DEVERÁ CONTAR COM NO MÍNIMO 02 (DOIS) POSTO DE ABASTECIMENTO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ, ALÉM DE PONTOS DE ABASTECIMENTO LOCALIZADOS NAS PRINCIPAIS RODOVIAS E MUNICÍPIOS PELOS QUAIS PERCORREM OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA, CUJO FUNCIONAMENTO SEJA ININTERRUPTO DAS 07H00 ÀS 20H00, EM DIAS ÚTEIS, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS.

NAS PRINCIPAIS RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A REDE CREDENCIADA DEVERÁ CONTAR COM POSTOS DE ABASTECIMENTO, CUJA DISTÂNCIA ENTRE SI NÃO EXCEDA A 250 KM.

A REDE CREDENCIADA DEVERÁ CONTAR COM PELO MENOS UM POSTO DE ABASTECIMENTO NAS SEGUINTE CIDADES:

- DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ITAPERUNA, CAMPOS DOS GOYTACAZES, ALÉM PARAÍBA, MACAÉ, TERESÓPOLIS, RIO DE JANEIRO E NITERÓI;
- DO ESTADO DE MINAS GERAIS: COIMBRA, MURIAÉ, OURO PRETO E/OU MARIANA, GOVERNADOR VALADARES, UBERLÂNDIA E BELO HORIZONTE;
- DO ESTADO DE SÃO PAULO: SOROCABA, APARECIDA DO NORTE, SÃO PAULO, SANTOS, BAURU;
- DISTRITO FEDERAL: BRASÍLIA, TAGUATINGA.

Na impossibilidade de credenciamento, por inexistência de postos que se enquadram nos critérios estabelecidos neste termo, a empresa contratada deverá justificar por escrito e credenciar outros estabelecimentos, compatibilizando os critérios da distância e do horário de funcionamento;

A fim de atender as necessidades operacionais da Prefeitura, a Contratada deverá credenciar novos postos, no prazo máximo de 30 dias, contados da data da solicitação formulada pelo gestor da frota ou do contrato; Todos os postos que integram a rede credenciada, disponibilizada para atender a frota da Prefeitura, deverão estar devidamente equipados para realizar transações de acordo com a solução tecnológica adotada pela empresa contratada, especialmente quanto ao modelo de cartão fornecido aos veículos;

Os valores dos combustíveis fornecidos pela rede credenciada serão faturados de acordo com o preço da tabela da ANP do Rio de Janeiro mês a mês, ou do valor





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



negociado diretamente com o estabelecimento, caso essa possibilidade tenha sido efetivada;

A Contratada é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível, não respondendo a Prefeitura solidária ou subsidiariamente por este pagamento;

**Para a assinatura do contrato**, a licitante vencedora deverá comprovar que sua rede credenciada possui estabelecimentos que apresentam condições de atender, de imediato, 50% da frota, além de comprovar também que tem credenciado em sua rede o mínimo 02 (dois) postos credenciados no Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ (mínimo exigido).

A comprovação da rede credenciada deverá ser realizada por meio do envio de relação (em formato MS-Excel), indexada por município, contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço, telefone e horário de funcionamento do posto, bem como a distância compreendida entre o estabelecimento e a sede do município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

Caso seja necessário, os demais estabelecimentos deverão ser credenciados dentro do prazo de implantação do sistema, a CONTRATADA DEVE: Não credenciar e/ou descredenciar o posto de abastecimento de combustível que esteja sancionado pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre o controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e similares.

A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

*4.1 - Não é permitida a subcontratação do objeto do contrato.*

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

*5.1 O valor da contratação é de R\$ ..... (.....).*

*5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação e os descontos eventualmente concedidos.*

**5.3 Sobre o valor da nota fiscal haverá incidência da Taxa de administração ou Desconto ofertado, conforme o resultado da licitação.**



**5.4 - Para os abastecimentos o valor de referência deverá ser o cobrado na bomba no momento do abastecimento, não ultrapassando os valores máximos divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para a respectiva região onde será feito o abastecimento.– ANP, através da tabela eletrônica.**

**5.5- Os valores percentuais de taxas de administração permanecerão fixos e irrealizáveis durante a vigência do presente contrato e eventuais prorrogações.**

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.1- O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias corridos, após a efetiva realização dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 Cada pagamento só será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ou seja, mediante apresentação das certidões negativas de débitos com a Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhistas, em plena validade.

6.3. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão por meio de Ordem Bancária, devendo ficar especificado: nome do banco; agência; conta corrente, localidade.

**6.4.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

**6.5.** As Notas Fiscais/faturas devem indicar, ainda, os seguintes dados:

- a)** Número do Contrato ou da Ata;
- b)** Número do Termo Aditivo, quando houver;
- c)** Número do Empenho;
- d)** Número da Solicitação de Fornecimento/Ordem de Serviço;
- e)** Descrição do(s) bem(ns) ou serviço(s); e
- f)** Demais dados necessários para demonstrar o vínculo entre a Nota Fiscal e o respectivo.



### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

- 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA). Resguardando a revisão para manter o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente fundamentado.
- 7.2 Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

- 8.1 São obrigações do Contratante:
- 8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11 A Administração terá o prazo de **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. Conforme artigo 123 da lei 14133/2021.

8.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**. Conforme parágrafo único do artigo 123 da lei 14133/2021.

8.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

**9.1.1– DO FORNECIMENTO DOS CARTÕES**

a) Executar integralmente o objeto contratado, em conformidade com as especificações técnicas e legislação vigente;

b) Fornecer cartões magnéticos personalizados sem ônus adicionais, acompanhado da respectiva senha de utilização;

c) Fornecer uma via do comprovante da operação emitida pela máquina do cartão de abastecimento, constando, placa do veículo, quilometragem/horímetro, nome do condutor ou número de registro funcional, quantitativo em litros abastecidos, valor, hora e data;

d) Fornecer acesso eletrônico (via internet) para que o CONTRATANTE tenha condições de:

d.1) acessar o relatório gerencial e operacional da frota;

d.2) efetuar bloqueio/desbloqueio/cancelamento dos cartões;

d.3) - alterar limites;

d.4) - substituir senha;

d.5) - solicitar cartões;

d.6) - cadastrar condutores;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



d.7) - O sistema deverá possibilitar ao gestor designado pelo Município o bloqueio, desbloqueio e troca de senha;

e) Adotar medidas de segurança que evitem fraude nos sistemas de gestão, resguardando que os cartões não sejam utilizados por terceiros nem tão pouco clonados e ainda que as senhas registradas no sistema não sejam quebradas mantendo o sigilo e segurança das transações efetuadas;

f) Disponibilizar rede de abastecimento que atenda aos padrões da Agência Nacional de Petróleo;

g) Providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 1 (uma) hora, em caso de pane em equipamento de abastecimento, falta dos combustíveis, casos fortuitos ou de força maior, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato;

h) Designar um preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do Contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e do substituto em suas ausências;

i) Disponibilização de sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle das despesas de abastecimento da frota do Município;

j) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados ou prepostos durante o fornecimento do objeto licitado; responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

l) Reparar os serviços que não forem realizados de acordo com as especificações do Termo de Referência, devendo fazê-lo no prazo determinado pela Secretaria Requisitante, sem ônus para o Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

m) Nos preços propostos já serão considerados incluídos todos os encargos, software, tributos, transporte, frete, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como todos os outros custos relacionados aos demais serviços de apoio, os quais não acrescentarão ônus para a PMBJI.

n) Executar os serviços objeto deste pregão, independente das quantidades solicitada, nos locais indicados pela Secretaria requisitante, dentro do prazo estipulado, sem custo adicional para o município.

o) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários no fornecimento do objeto, nos limites estabelecidos pela Lei n.º 14.133/2021.

p) Responsabilizar-se pela integral realização dos serviços do objeto deste Contrato, inclusive no que se referir à observância da legislação em vigor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



q) Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não incluindo esta responsabilidade à fiscalização.

r) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

s) A eventual aceitação do objeto por parte da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstâncias em que as despesas de conserto ou modificação correrão por conta da CONTRATADA.

t) A CONTRATADA deverá indicar preposto com poderes de decisão amplos e irrestritos, compatíveis com o objeto deste Contrato, que ficará responsável para responder junto ao CONTRATANTE, acerca de quaisquer falhas ou dúvidas ocorridas durante a vigência do Contrato, ficando desde já acordado que o mesmo deverá reportar-se exclusivamente ao servidor designado para acompanhamento e fiscalização.

u) Substituir a empresa credenciada, a pedido do CONTRATANTE, nos casos de problemas reiterados com os fornecimentos e prestações de serviços, assim como nos casos de não comprovação da regularidade fiscal por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

v) Outros veículos poderão ser incorporados à relação, caso haja aumento da frota, bem como poderá haver supressões, em virtude de alienações ou fatos equivalentes. Nesses casos a CONTRATADA será comunicada por meio de correspondência oficial,

#### **9.1. 2.– DOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS**

a) A CONTRATADA deverá disponibilizar aos servidores Central de Atendimento Telefônico/Internet – Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, para consultas de saldos, além dos serviços de bloqueio, desbloqueio, alteração de senha e solicitação de segunda via do cartão.

#### **9.1.3– A REDE DE ESTABELECIMENTO DE POSTOS DE ABASTECIMENTO DEVERÁ:**

##### **9.1.3.1 – A Rede de Estabelecimento de postos de Abastecimento deverá:**

a) Disponibilizar equipamentos para aceitar transações com cartão eletrônico dos veículos da frota do Município;

a.1) No caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico, prover forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados;

b) Disponibilizar sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento do abastecimento de combustíveis para os veículos do Município, junto aos postos de abastecimento;

c) Fornecer os combustíveis previstos no Anexo I deste Termo de referência.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



8.1.3.2 – Abaixo estão descritos os procedimentos relativos ao Fornecimento do cartão de Identificação dos veículos pela CONTRATADA.

- a) Cartão Único eletrônico de Identificação do veículo que possibilite, no ato da transação de abastecimento, identificar o motorista com os dados que foram cadastrados no sistema da CONTRATADA;
- b) A solicitação do cartão deve ser dentro do sistema da CONTRATADA;
- c) A emissão do cartão deve ser por veículo cadastrado no sistema da CONTRATADA;
- d) Os cartões deverão estar associados a apenas um único veículo específico, para uso por meio de senha pessoal;
- e) caberá ao Gestor do contrato, designado pela administração, habilitar, desabilitar e até mesmo cancelar definitivamente, via sistema, o cartão individual bem como autorizar crédito adicional ao cartão mediante justificativa que deverá ficar armazenada no sistema;
- f) o cartão disponível para abastecimento deverá funcionar por meio de senha pessoal e intransferível;
- g) O fornecimento dos cartões e equipamento é de inteira responsabilidade da CONTRATADA sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, inclusive as trocas, substituições e extravio.

9.1.3.3 – Além da reposição referida no subitem anterior, os prejuízos causados aos veículos da CONTRATANTE decorrentes do uso do combustível com suas características alteradas (fora dos padrões especificados) deverão ser custeados pela CONTRATADA;

9.1.3.4 – Os postos credenciados deverão prestar os serviços de abastecimento no mínimo de segunda a sábado das 7:00 h às 20:00 h.;

9.1.3.5 – A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do fornecimento de combustível, ficando claro que o CONTRATANTE não responde solidaria ou subsidiariamente por esse pagamento.

9.4 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.5 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.7 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



9.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.10 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado e Estadual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.12 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.15 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.16 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



9.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.18 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.20 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.21 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.22 Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.23 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.24 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.25 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

*10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5 % ( meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratado;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15.% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10.% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 15% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 05% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



12.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



12.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12.13 A aplicação das sanções previstas neste contrato será realizada conforme o **regulamentado na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025**. Não excluindo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de xxxx

Fonte de Recursos: xxx

Programa de Trabalho: xxxxx

Elemento de Despesa: xxxxx

Reserva: xxxx

Ficha: xxxx

*14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.2 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

**ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 - PMBJI**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIACÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID DE GERENCIAMENTO DE FROTA OU POR MEIO DE CARTÕES**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Comissão Permanente de Licitação  
EDITAL - PE 006/2026 PMBJI



**MAGNÉTICOS MICROPROCESSADOS (CHIP) COM SENHA PARA GERENCIAMENTO DE FROTA EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE ARLA, GASOLINA E DIESEL, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ.**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_  
Razão Social: \_\_\_\_\_ Insc. Est.: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ Responsável pela assinatura do contrato: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_ Conta Bancária: \_\_\_\_\_ Nome \_\_\_\_\_ e nº. da Agência: \_\_\_\_\_, para atendimento do objeto destinado ao Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026-PMBJI**.

Para tanto, oferecemos a esse órgão o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ para o referido Pregão, conforme abaixo.

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTA (COMBUSTÍVEL)							
ITEM	CATM AT	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADOS	VALOR MÉDIO (PREÇO BASE ANP E ESTIMATIVA DE MERCADO)	VALOR MÉDIO TOTAL	VALOR COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
1	438910	Arla 32	LITRO	8.640	5,51	47.606,40	
2	485508	ARLA 32 Reagente	Galão	144	122,54	17.645,76	
3	461506	Gasolina tipo comum.	LITRO	402.513	6,80	2.737.088,40	
4	461548	Óleo Diesel tipo comum S-500.	LITRO	261.000,00	6,51	1.699.110,00	
5	461552	Óleo Diesel, S-10.	LITRO	450.743	6,71	3.024.485,26	
VALOR TOTAL GERAL VALOR MÉDIO (PREÇO BASE ANP E ESTIMATIVA DE MERCADO)						7.525.935,82	
PROPOSTA							
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIACÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, COM UTILIZAÇÃO DE ETIQUETA COM TECNOLOGIA RFID DE GERENCIAMENTO DE FROTA OU POR MEIO DE CARTÕES MAGNÉTICOS MICROPROCESSADOS (CHIP) COM SENHA PARA GERENCIAMENTO DE FROTA EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE GASOLINA (COMUM) E DIESEL (COMUM/S10), PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ.							
ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO ANUAL (Preço Estimado Total Ano, sem taxa de administração - de acordo com item 1.1 do Termo de Referência - Anexo I						R\$ 7.525.935,82	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



do Edital)		
<b>Taxa de administração</b> <b>Ou percentual de desconto (taxa negativa)</b>	-----%	R\$ -----
Preço total	R\$ -----	

A Empresa proponente declara:

1) Conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, **tendo conhecimento das especificações do termo de referência.**

1.1- O valor do combustível deverá ser o cobrado na bomba no momento do abastecimento, não ultrapassando os valores máximos divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para a respectiva região onde será feito o abastecimento.

1.2- Em caso de taxa de administração negativa o DESCONTO ofertado será realizado **SOBRE CADA ABASTECIMENTO** e constarão especificado e discriminado no relatório.

2) Ter cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com as especificações constantes no Termo de referencia, ANEXO 01, do Edital.

2.1- Declaramos que na proposta estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária **e os descontos eventualmente concedidos.**

2.2- Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do **Contrato**, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

3) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

4) Declaramos que assumimos perante o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ o compromisso de executar o objeto no prazo e condições especificadas no Termo de Referência, **Anexo II.**

De acordo com a legislação em vigor, eu, \_\_\_\_\_, CPF/MF nº \_\_\_\_\_, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Comissão Permanente de Licitação  
EDITAL - PE 006/2026 PMBJI



Assinatura e carimbo (representante legal)

ANEXO IV- QUANTITATIVO

.Quantitativos de Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Combustíveis, para atender a Diversas Secretarias Municipais de Bom Jesus do Itabapoana – RJ

ITE NS	CAT MAT	DESCRIÇÃO DOS ESPECIFICAÇÕES	UN D	GABINETE	FINANÇAS	INFRAESTRUTURA	MEIO AMBIENTE	ORDEM PÚBLICA	AGRICULTURA	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	SAAE	QUA NT. TOT AL
1	438910	Arla 32	LIT RO	-	-	-	-	-	-	8.640	-	-	-	8.640
2	485508	ARLA 32 Reagente	Gal ão	-	-	-	-	-	144			-		144
3	461506	Gasolina tipo comum.	LIT RO	12.000	5.500	55.000	6.770	45.000	58.000	35.000	30.242,96	153.000	2.000	402.513
4	461548	Óleo Diesel tipo comum S-500.	LIT RO	-	-	-	-		221.000	40.000	-	-	-	261.000
5	461552	Óleo Diesel, S-10.	LIT RO	-	-	200.000	11.500	50.000	52.000	45.000	30.242,96	60.000	2.000	450.743

ANEXO V- MAPA COMPARATIVO

TAXA ADMINISTRATIVA 1.82 %

GABINETE DO PREFEITO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUA NT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	L	12.000	R\$ 6,80	R\$ 81.600,00
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
VALOR ESTIMADO TOTAL			R\$ 81.600,00		
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO			R\$ 1.485,00		
VALOR TOTAL			R\$ 83.085,12		

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUA NT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	L	5.500	R\$ 6,80	R\$ 37.400,00
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
VALOR ESTIMADO TOTAL			R\$ 37.400,00		
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO			R\$ 680,68		
VALOR TOTAL			R\$ 38.080,68		

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUA NT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	L	55.000	R\$ 6,80	R\$ 374.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUA NT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	L	6.770	R\$ 6,80	R\$ 46.036,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



					00					
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00
3	Óleo Diesel S-10	L	200.00	R\$ 6,71	R\$ 1.342.000,00		3	Óleo Diesel S-10	L	11.500 R\$ 6,71 R\$ 77.165,00
VALOR ESTIMADO TOTAL			R\$ 1.716.000,00			VALOR ESTIMADO TOTAL			R\$ 123.201,00	
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO			R\$ 31.231,20			VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO			R\$ 2.242,26	
VALOR TOTAL			R\$ 1.747.231,20			VALOR TOTAL			R\$ 125.443,26	

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E DEFESA CIVIL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	L	45.000	R\$ 6,80	R\$ 306.000,00
-	-	-	-	-	-
3	Óleo Diesel S-10	L	50.000	R\$ 6,71	R\$ 335.500,00
VALOR ESTIMADO TOTAL			R\$ 641.500,00		
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO			R\$ 11.675,30		
VALOR TOTAL			R\$ 653.175,30		

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	L	30.243	R\$ 6,80	R\$ 205.652,13
-	-	-	-	-	-
3	Óleo Diesel S-10	L	30.243	R\$ 6,71	R\$ 202.930,26
VALOR ESTIMADO TOTAL			R\$ 408.582,39		
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 7.436,20		
VALOR TOTAL			R\$ 416.018,59		

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	L	153.000	R\$ 6,80	R\$ 1.040.400,00
-	-	-	-	-	-
3	Óleo Diesel S-10	L	60.000	R\$ 6,71	R\$ 402.600,00
VALOR ESTIMADO TOTAL			R\$ 1.443.000,00		
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO			R\$ 26.262,60		
VALOR TOTAL			R\$ 1.469.262,60		

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	L	2.000	R\$ 6,80	R\$ 13.600,00
-	-	-	-	-	-
3	Óleo Diesel S-10	L	2.000	R\$ 6,71	R\$ 13.420,00
VALOR ESTIMADO TOTAL			R\$ 27.020,00		
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO			R\$ 491,76		
VALOR TOTAL			R\$ 27.511,76		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Arla 32	L	8.640	R\$ 5,51	R\$ 47.606,40
3	Gasolina comum	L	35.000	R\$ 6,80	R\$ 238.000,00
4	Óleo Diesel S-500.	L	40.000	R\$ 6,51	R\$ 260.400,00
4	Óleo Diesel S-10	L	45.000	R\$	R\$

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MÉDIA (BASE ANP E ESTIMATIVA)	VALOR TOTAL
1	Arla 32 Reagente	GALÃO	144	R\$ 122,54	R\$ 17.645,76
3	Gasolina comum	L	58.000	R\$ 6,80	R\$ 394.400,00
4	Óleo Diesel S-500.	L	221.000	R\$ 6,51	R\$ 1.438.710,00
4	Óleo Diesel	L	52.000	R\$ 6,71	R\$





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



		0	6,71	301.950,00	S-10		348.920,00
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 847.856,40			VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 2.199.675,76
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$ 15.432,81			VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU DESCONTO		R\$ 40.034,10
VALOR TOTAL		R\$ 863.389,21			VALOR TOTAL		R\$ 2.239.709,86

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		1,82%
VALOR ESTIMADO GLOBAL		R\$ 7.525.935,82
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO GLOBAL OU DO DESCONTO		R\$ 136.972,02
VALOR + TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU APLICAÇÃO DE DESCONTO *		R\$ 7.662.907,85

**ANEXO VI- PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO**

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTA (COMBUSTÍVEL)						
ITEM	CATMA T	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADOS	VALOR MÉDIO (PREÇO BASE ANP E ESTIMATIVA DE MERCADO)	VALOR MÉDIO TOTAL
1	438910	Arla 32	LITRO	8.640	5,51	47.606,40
2	485508	ARLA 32 Reagente	Galão	144	122,54	17.645,76
3	461506	Gasolina tipo comum.	LITRO	402.513	6,80	2.737.088,40
4	461548	Óleo Diesel tipo comum S-500.	LITRO	261.000,00	6,51	1.699.110,00
5	461552	Óleo Diesel, S-10.	LITRO	450.743	6,71	3.024.485,26
VALOR TOTAL GERAL						7.525.935,82
PLANILHA DE PREÇO- ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO ANUAL						
Preço Estimado Total Ano, sem taxa de administração (de acordo com item 1.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital)					R\$ 7.525.935,82	
Taxa de administração (*) (3) = (1) x (2)					1,82%	R\$ 136.972,03
Preço estimado total (4) = (1) + (3)					R\$ 7.662.907,85	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



**ANEXO VII**

**PLANILHA COM RELAÇÃO DE VEÍCULOS DE FROTAS PARA ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS**  
**2026**

**GABINETE DO PREFEITO**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	AUTOMÓVEL	ABC-1234	2020	GASOLINA
2	MOTOCICLETA	XYZ-5678	2018	GASOLINA
3	CAMINHÃO	JKL-9101	2019	GASOLINA
4	ÔNIBUS	MNO-1122	2021	GASOLINA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	CHEVROLET CELTA	LLC 6366	2010	GASOLINA COMUM
2	VOLKSWAGEN GOL BRANCO	RKP 7D94	2022/2023	GASOLINA COMUM

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	AGRALE/NEOBUS	LOJ-8127	2022/2003	DIESEL
2	CASE/RETROESCAVADEIRA	CAS-0001	2000/2000	DIESEL
3	CARTER PILLAR/ROLO COMPACTADOR	ROL-0001	2010/2010	DIESEL
4	CHEVROLET/S10 2.8	LOI-1302	2002/2003	DIESEL
5	CHEVROLET/CELTA	KVT-4216	2010/2011	GASOLINA
6	FORD-RANGER	LNR-4131	2001/2002	DIESEL
7	FORD-F1200	KMO-2868	1998/1998	DIESEL
8	FORD/COURIER	KYB7A60	2012/2012	GASOLINA
9	HUNDAY/HR	LLE-3124	2010/2011	DIESEL
10	HUNDAY/HR	LLE-6080	2010/2011	DIESEL
11	HUNDAY/HR	LRX-4041	2011/2012	DIESEL
12	HUNDAY/HR	LPP-7737	2010/2011	DIESEL
13	JCB/RETROESCAVADEIRA	JCB0J03	2023/2023	DIESEL
14	MARCOPOLO/VOLARE V8L ESC	MQU-3430	1998/1998	DIESEL
15	MASSEY FERGUSON/265	TRA-0001	1995/1995	DIESEL
16	MASSEY FERGUSON/265	TRA-0002	1995/1995	DIESEL
17	MERCEDES BENZ/1113	PAS-9037	1989/1990	DIESEL
18	MERCEDES BENZ/1113/ÔNIBUS	MRY-0F57	1995/1996	DIESEL S10
19	MERCEDES BENZ/L1318	LPO-5359	2010/2010	DIESEL
20	MERCEDES BENZ/L1318	LPO-5357	2010/2010	DIESEL
21	MERCEDES BENZ/1214	KMP-0100	1991/1991	DIESEL
22	MERCEDES BENZ/1318	KMK-3126	2010/2010	DIESEL
23	MERCEDES BENZ/1414	KTP-9040	1990/1991	DIESEL
24	MMC/L200	KXI-3730	2011/2012	DIESEL
25	RANDON/RETROESCAVADEIRA	RAN-0002	2000/2000	DIESEL
26	RENAULT/FLUENCE	LRS-4132	2015/2015	GASOLINA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



27	RENAULT/FLUENCE	KQU-4080	2015/2015	GASOLINA
28	ROÇADEIRA/STIHL	ROC-0001	2023/2023	GASOLINA
29	VOLKSAGEN/KOMBI	KMO-2535	1997/1998	GASOLINA
30	VOLKSAGEN/KOMBI	LPN-4712	2009/2010	GASOLINA
31	VOLKSAGEN/GOL 1.6	LKO-2121	2007/2008	GASOLINA
32	VOLKSAGEN/GOL ML	LCC-6726	1997/1998	GASOLINA
33	VOLKSAGEN/ONIBBUS	LQZ-8881	2013/2014	DIESEL S10
34	VOLKSAGEN/ONIBBUS	LPQ-4979	2010/2010	DIESEL S10
35	SSANGYONG/SUV	SEM PLACA	2015/2015	GASOLINA
36	SSANGYONG/SUV	SEM PLACA	2015/2016	GASOLINA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	GOL	KRJ 1277	-	GASOLINA
2	GOL	LKO 2496	-	GASOLINA
3	GOL	LNO 9533	-	GASOLINA
4	Montana	LLC5560	-	GASOLINA
5	Corsa	KMO 5533	-	GASOLINA
6	Focus	KVO 4162	-	GASOLINA
7	Celta	LLG 5316	-	GASOLINA
8	Galão	GAL 001	-	GASOLINA
9	Ranger	LOP 4551	-	DIESEL
10	Pegeout Box	LOK 3157	-	DIESEL
11	Pac	LRG 2573	-	DIESEL
12	Caminhão	SDL 6D07	-	DIESEL
13	Trator	TTP 2F98	-	DIESEL
14	Trator	MF275	-	DIESEL
15	Trator	MF4274	-	DIESEL
16	Trator	MF265	-	DIESEL
17	Trator New Hollan	TT 4030	-	DIESEL
18	Retro JCB 001	-	-	DIESEL
19	Retro JCB 002	-	-	DIESEL
20	Retro 580M	-	-	DIESEL
21	PÁ carregadeira	XCMG 001	-	DIESEL
22	PÁ carregadeira	KTU 9018	-	DIESEL
23	Patrol case 845	-	-	DIESEL
24	Patrol XCMG	-	-	DIESEL
25	PatrolCaterpilla 120k	-	-	DIESEL
26	GAL 001	-	-	DIESEL
27	Microtrator 001	-	-	DIESEL
28	Microtrator 002	-	-	DIESEL
29	Microtrator 003	-	-	DIESEL
30	Microtrator 004	-	-	DIESEL
31	Microtrator 005	-	-	DIESEL
32	L200 Triton EMATER	KRG9262	-	DIESEL
33	Fiorino EMATER	TDO 2459	-	DIESEL
34	Logan EMATER	RIW 2J22	-	DIESEL
35	Montana Núcleo defesa agro	TTT2B81	-	DIESEL
36	Renaultclio Núcleo defesa agro	KMN 7898	-	DIESEL
37	Fiesta Núcleo defesa agro	KQK 4462	-	DIESEL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	STRADA	RJF5G64	2021/2022	GASOLINA /ETANOL
2	SIENA	RIV5D82	2021/2022	GASOLINA /ETANOL
3	SIENA	RIV5D81	2021/2022	GASOLINA /ETANOL
4	KOMBI	KMT3479	2007/2007	GASOLINA
5	KOMBI	LPN4712	2009/2010	GASOLINA
6	KOMBI	LQD6098	2011/2012	GASOLINA /ETANOL
7	PRISMA	KQT1515	2009/2010	GASOLINA /ETANOL
8	CELTA/CHEVROLET/CELTA	LMG1936	2015/2015	GASOLINA /ETANOL
9	KWID	RIV5D78	2021/2022	GASOLINA /ETANOL
10	KWID	RIV5D79	2021/2022	GASOLINA /ETANOL
11	CAMINHONETE/HYUNDAI/HR HDB	KPP1773	2011/2012	DIESEL/ S10
12	CAMINHONETE/HYUNDAI/HR HDB	LMD6395	2013/2014	DIESEL/ S11
13	ÔNIBUS/ VW/15.190 E EOD ESOLCAR HD	LPN4713	2009/2010	DIESEL/COMUM
14	ÔNIBUS/ VW/15.190 E EOD ESOLCAR KD	LLF3109	2010/2010	DIESEL/COMUM
15	ÔNIBUS/ VW/15.190 E EOD E.S ORE	LLR8516	2012/2012	DIESEL S10
16	ÔNIBUS/ VW/15.190 E EOD E.S ORE	KVS6126	2012/2012	DIESEL S10
17	ÔNIBUS/ VW/15.190 E EOD ESOLCAR HD	KZC4468	2012/2012	DIESEL S10
18	MICROÔNIBUS/MARCOPOLO / VOLARE V8L ESC	LLR4224	2011/2012	DIESEL COMUM
19	MICROÔNIBUS/MARCOPOLO / VOLARE V8L	KPN9144	2013/2013	DIESEL S10
20	MICROÔNIBUS/IVECO/CITY CLASS 70C17	KYZ7105	2013/2014	DIESEL S10
21	MICROÔNIBUS	LOJ8127	2002/2003	DIESEL
22	MICROÔNIBUS/IVECO/CITY CLASS 70C17	LMA6781	2013/2014	DIESEL S10
23	CAMINHONETE/HYUNDAI/HR HDB	KPP 1773	2011/2012	DIESEL COMUM
24	CELTA/CHEVROLET/CELTA	LPP9430	2010/2011	GASOLINA /ETANOL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	Argo	RKQ9J55	-	GASOLINA /ETANOL
2	Argo	RKQ9J57	-	GASOLINA /ETANOL
3	Argo	RKQ9J61	-	GASOLINA /ETANOL
4	Argo	RKQ9J62	-	GASOLINA /ETANOL
5	Argo	RKQ9J63 (Batido)	-	GASOLINA /ETANOL
6	Argo	RKQ9J64	-	GASOLINA /ETANOL
7	Argo	TTB3I03	-	GASOLINA /ETANOL
8	Argo	TTC4F22	-	GASOLINA /ETANOL
9	Argo	TUB0E31	-	GASOLINA /ETANOL
10	Argo	TTD4C52 (Sec. Saúde)	-	GASOLINA /ETANOL
11	Argo	TTD4C54	-	GASOLINA /ETANOL
12	Spin	SRG4H80	-	GASOLINA
13	Spin	SRK4G75 (Batido)	-	GASOLINA
14	Van	SRX9D71	-	GASOLINA
15	Van	SRX9D72	-	GASOLINA
16	Van	SSC8B52	-	GASOLINA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Comissão Permanente de Licitação**

**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



17	Ambulancia 23	LMY8J23	-	GASOLINA
18	Ambulância 98	RKQ0F98 (Defeito)	-	GASOLINA
19	Toro Prata	LMY8H28 (Vigilância)	-	GASOLINA
20	Ambulância - Usina Santa Maria	LMQ5E84	-	GASOLINA
21	Ambulância - Serrinha	SRZ6I82	-	GASOLINA
22	Ambulância - Barra de Pirapetinga	LMQ5E88	-	GASOLINA
23	Ambulância - Rosal (Nova)	SSB0I02	-	GASOLINA
24	Ambulância - Rosal (Antiga)	KZT6083	-	GASOLINA
25	Ambulância - Nova Bom Jesus	KOW4756	-	GASOLINA
26	Ambulância - Nova Bom Jesus (Nova)	LMQ5E89	-	GASOLINA
27	Ambulância - Mutum	KWK3490	-	GASOLINA
28	Ambulância - Usina Santa Isabel	LMQ5E80	-	GASOLINA
29	Ambulância - Pirapetinga	LMQ5E28	-	GASOLINA
30	Ambulância Carabuçu	TTMP1G67	-	GASOLINA
31	Ambulância Calheiros	TTM5A86	-	GASOLINA
32	KWID 33	RIY5F33	-	GASOLINA
33	KWID69	RJL3E69	-	GASOLINA
34	ETIOS	RIO5B36	-	GASOLINA
35	FIESTA	KOS4872	-	GASOLINA
36	FIORINO	ROW4756	-	GASOLINA
37	ESPIN	KQI9489	-	GASOLINA
38	FIORINO	LPR7020	-	GASOLINA
39	ETIOS	RIO5B44	-	GASOLINA
40	C10	LOI4624	-	GASOLINA
41	KIA	LNT6244	-	GASOLINA
42	KOMBI	JKH7273	-	GASOLINA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	FIAT - DOBLO ESSENCE 1.8 FLEZ 16V 5P	KYX-7053	2014/2015	DIESEL
2	GM CHEVROLET - PRISMA SED MAXX/LT 1.4 8V ECONOF 4P	LMN-5806	2018	DIESEL
3	VM - VOLKSWAGEN GOL 1.0 MC4	RJC-1G63	2020/2021	GASOLINA
4	HYUNDAI- HB20 COMFORT PLUS 1.0 TB FLEX 12V MEC.	RJV-7J12	2022/2023	GASOLINA
5	HYUNDAI- HB20 COMFORT PLUS 1.0 TB FLEX 12V MEC.	RJV-7J13	2022/2023	GASOLINA
6	FIAT- CRONOS DRIVE 1.3 8V FLEX	RJV-7J14	2022/2023	DIESEL
7	HYUNDAI- HB20 COMFORT PLUS 1.0 TB FLEX 12V MEC.	RJV-7J14	2022/2023	GASOLINA
8	I/NUSSAN - VERSA SENSE CVT	SRC-3H13	2023/2024	DIESEL

**SERVIÇOS AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
------	---------	-------	-----	-------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Comissão Permanente de Licitação**  
**EDITAL - PE 006/2026 PMBJI**



1	YAMANHA/YBR125	KUZ-4602	2008	DIESEL
2	YAMANHA/YBR125	LKK-7029	2006-2007	GASOLINA
3	MITSUBISHI - L200 GL 2.5	LPV-5143	2011	DIESEL
4	FIAT/STRADA	LNS-3698	2001	DIESEL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E DEFESA CIVIL**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	TOYOTA ETIOS	RIO 5B53	2019	GASOLINA
2	L200 TRITON 3.2 D	LLY 6D97	2013	DIESEL
3	L2004X4 GL	KXL6033	2011/2012	DIESEL
4	MONTANA AMB	KWK3490	2010	GASOLINA
5	FORD/FIESTA	KOS8119	2012	GASOLINA
6	FIAT GRONOS	SSG7J08	2023/2024	GASOLINA
7	FIAT GRONOS	SSG7J05	2023/2024	GASOLINA
8	YAMARA/CROSSER	RJW8D40	2023	GASOLINA
9	YAMARA/CROSSER	RKS9D20	2023	GASOLINA
10	YAMARA/CROSSER	RKG9D12	2023	GASOLINA
11	YAMARA/CROSSER	RJX8D21	2023	GASOLINA
12	ARGO/TREKKING	SGK9D36	2024	GASOLINA
13	VAN/MASTER	RKR0E56	2019	DIESEL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**VEÍCULOS LEVE**

ITEM	ESPÉCIE	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	HILUX CD DSL POWER PACK TOYOTA	RIW-9177	2022	DIESEL
2	HILUX CD LOW M4FD TOYOTA	KZA-9015	2018	DIESEL
3	LOGAN EXPP 16 RENAULT	KVY-5925	2012	DIESEL
4	CAMINHÃO FORD CARGO 816 S	KQR-5453	2014	GASOLINA
5	QUADRICICLO TANDER SPORT ATV 125C	SEM PLACA	-	-